

# Sumário

Número de notícias: 45 | Número de veículos: 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula deve ter apoio para reforma tributária, mas não na trabalhista ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad nomeia mais 2 mulheres para a Fazenda ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas podem excluir ajuda de custo do home office da contribuição ao INSS ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF pode retomar julgamentos de impacto fiscal bilionário ..... 10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Revogação de sigilos exigirá amplo processo de análise ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo terminará 2022 com superavit ..... 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Novas regras trazem mudanças na aposentadoria em 2023 (Artigo) ..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo fecha novembro com déficit de R\$ 14,7 bi ..... 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Após lançar Ciro, PDT assumirá Previdência ..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

"O orçamento aprovado expõe um déficit de R\$ 220 bi. Isso não vai acontecer" ..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Após 3 meses no azul, governo volta a ter déficit primário ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Reoneração de combustível ajuda, mas mantém necessidade de rever gastos ..... 26

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lu pi cotado para assumir Previdência ..... 28

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Idade mínima passa para 58 anos ..... 29

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
SEGURIDADE SOCIAL

Suspensão da prova de vida obrigatória do INSS vai até sábado ..... 30

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL  
SEGURIDADE SOCIAL

Provável ministro fala em terra arrasada na Previdência e cobra colaboração do mercado ..... 31

VALOR ONLINE - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Pressão do PT veta indicação do União Brasil ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Onda de reajustes salariais começa pela elite do Estado (Editorial) ..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Subsídios entram na mira de Haddad ..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A "intocável" Zona Franca de Manaus - CELSO MING ..... 36

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo governo analisa clima para reformas ..... 37

G1 - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Política fiscal, juros elevados e desaceleração global: os desafios econômicos de Lula em 2023 (Retrospectiva 2022) ..... 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os três obstáculos da largada - BRASÍLIA - DF ..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ano novo começa com alta da gasolina ..... 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina pode subir até 14% com impostos federais e ICMS maior ..... 44

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributação de combustíveis anima mercado ..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - PRIMEIRA PÁGINA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados terminam ano com alta dos gastos e receitas em queda ..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fim do corte de impostos elevará preço nas bombas ..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo projeta superávit primário de R\$50 bi em 2022 ..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem incentivos, o Brasil poderá ficar para trás em novos biocombustíveis ..... 52

Quinta-Feira, 29 de Dezembro de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Término de alívio fiscal favorecerá o etanol** ..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Gestores veem recuperação para os FIIs em 2023** ..... 55

O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Pedidos de vista paralisam 241 processos no STF - CLÁUDIO HUMBERTO** ..... 58

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Haddad diz que não vai prorrogar desoneração dos combustíveis** ..... 60

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Mulheres serão minoria nos altos escalões do Ministério da Fazenda - MERCADO S/A** ..... 62

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Teles querem apoio do BNDES para alavancar o 5G em 2023** ..... 64

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Guedes se antecipa e lança proposta de teto para pressionar novo governo** ..... 66

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Realocação do orçamento secreto é vetada pelo Planalto** ..... 68

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

**País cria 135 mil vagas com carteira em novembro** ..... 70

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

**Impacto no IPCA pode ser de 0,6 ponto em janeiro** ..... 71

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Estados fecham ano com gasto em alta e receita em retração** ..... 72

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

**Fim do custo de Itaipu vai baixar conta de luz** ..... 75

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Indicações de Haddad aliviam tensão e ativos brasileiros reagem** ..... 77

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Wall Street recua com incertezas sobre China** ..... 78

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

**Cláusula de desempenho beneficia Centrão** ..... 79

# Lula deve ter apoio para reforma tributária, mas não na trabalhista

**Danielle Brant Nathalia Garcia**

BRASÍLIA

O terceiro mandato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve encontrar um ambiente favorável à **reforma tributária** no Congresso, com disposição de partidos de centro e centro-direita a se juntarem à base governista na aprovação das mudanças, mesmo que com algum potencial de enxugamento.

O mesmo não se pode dizer sobre alterações, mesmo que pontuais, na legislação trabalhista aprovada durante o governo de Michel **Temer** (MDB), em 2017.

Em sua campanha eleitoral, Lula prometeu simplificação de **impostos** para que "os pobres paguem menos e os ricos paguem mais", redução da tributação sobre o consumo e uma nova legislação trabalhista com extensa proteção social a todas as formas de ocupação -com especial atenção aos que trabalham por conta própria e trabalhadores de aplicativos.

O PT considera que a tributária tem que ser uma das primeiras bandeiras do governo eleito no Congresso, até para amenizar o impacto da PEC (proposta de emenda à Constituição) que tira R\$ 145 bilhões do teto de gastos e autoriza R\$ 23 bilhões em investimentos fora do limite, além de outras medidas.

Dentro da tributária, a discussão referente ao consumo é tida como mais amadurecida após o Congresso ter se debruçado sobre duas PECs que simplificam a tributação no país. A 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), prevê a substituição de cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS) pela ideia do imposto sobre bens e serviços (IBS).

Já a 110, do Senado, transforma nove **tributos** (IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins, Cide-Combustíveis, Salário-Educação, ICMS e ISS) em um IBS.

Apesar de ambos serem considerados bons textos pela equipe do petista, a PEC 45 deve ser priorizada pelo novo governo, principalmente após o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicar o economista Bernard Appy para o cargo de secretário

especial para a **reforma tributária** a partir de 2023. Appy atuou como mentor do texto de Baleia Rossi.

A expectativa da equipe econômica de Lula é de que a alíquota única enfrente resistência no Congresso, e a PEC seja desidratada. Membros da pasta, porém, veem alternativas e prometem incluir a **Receita Federal** no diálogo em busca de uma saída.

Para Débora Freire, professora de Economia do Cedeplar da UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais), o texto da PEC deve enfrentar resistências setoriais, que podem fazer pressão por um tratamento diferenciado ou pela exclusão de algum tributo na composição da alíquota única.

"No longo prazo, isso acaba prejudicando o potencial da reforma de harmonizar o sistema tributário e ter grande capacidade de fomentar o crescimento econômico", afirma.

A economista ressalta que o efeito da **reforma tributária** é maximizado quando é possível harmonizar as alíquotas, com a eliminação do efeito cascata de **impostos**. Segundo ela, a indústria estaria entre os principais setores beneficiados pela mudança.

Estudo da professora da UFMG em coautoria calcula que a reforma da tributação do consumo, como prevista no texto da PEC 45, teria capacidade de reduzir em torno de 2% o Índice de Gini -instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

Freire ressalta que esse potencial impacto sobe para 3,2% quando é acoplado um mecanismo de devolução dos **tributos** sobre a cesta básica para as famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico (Cadastro Único do Governo Federal).

Para o Sindifisco Nacional, hoje há excessiva participação da tributação sobre o consumo no total da tributação brasileira, o que contribui com a regressividade do modelo -ou seja, arrecada proporcionalmente mais de quem ganha menos.

Embora veja como positiva a potencial redução dos custos de implementação da **legislação tributária** pelas empresas, o presidente Isac Falcão afirma que a

proposta "não ataca o problema central da tributação brasileira, que é a desigualdade" e defende que a reforma da tributação sobre a renda seja prioritária.

Na campanha, o presidente eleito prometeu aumentar para até R\$ 5.000 a faixa salarial isenta de Imposto de Renda. Após a vitória de Lula, Lira sinalizou que votaria texto do deputado Danilo Forte (União-CE) que estende a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.200. O PT, no entanto, articulou para que o projeto fosse discutido só em 2023.

A tributação de dividendos, por sua vez, teria respaldo do PT e de partidos de centro e centro-direita. A Câmara chegou a aprovar, em setembro de 2021, um projeto de Imposto de Renda que tributava em 15% lucros e dividendos, mas o texto parou no Senado - Lira defendeu publicamente em algumas ocasiões a taxa de dividendos.

No Congresso, uma ala defende a criação de um imposto sobre transações digitais. A proposta chegou a ser encampada pelo ministro Paulo Guedes, mas nunca foi tirada do papel pela resistência criada quando se compara com a extinta CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

No que diz respeito a mudanças trabalhistas, a convergência cede espaço para a divergência. No início da campanha, Lula sinalizou que pensava em revogar a reforma trabalhista. Ao longo da campanha, modulou o discurso e passou a falar em revisar.

O PT critica alguns pontos da mudança aprovada no governo **Temer**, como a jornada de trabalho intermitente. Mas avalia não haver apoio para alterá-los -partidos do centrão e de centro-direita já deram recados de que não aceitarão o que veem como "retrocessos".

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), defende a repactuação de alguns itens. No caso do trabalho intermitente, a central sindical quer algumas regras estabelecidas -como uma quantidade de horas mínima por semana, por exemplo.

O governo eleito também tem como uma de suas metas regulamentar o trabalho por aplicativo. Para Patah, a formalização desses colaboradores não é uma questão pacificada. "Essa disputa vai ser longa e, enquanto não se resolve, temos no limbo uma série de adversidades para os trabalhadores das plataformas. Nossa ideia é criar alguma seguridade para o trabalhador", defende.

Na transição, o grupo técnico que tratou de trabalho e previdência defendeu o fortalecimento da atuação dos

sindicatos e o debate de uma nova fonte de financiamento -sem recriar o imposto sindical.

Patah propõe que os trabalhadores decidam em assembleia se querem ou não contribuir. Com a reforma, a contribuição obrigatória, uma das principais fontes de renda dos sindicatos, foi substituída por um recolhimento que depende de autorização do trabalhador.

O grupo que discutiu a área de trabalho propôs ainda que o governo eleito impeça qualquer tentativa de criar um regime de carteira verde e amarela, programa que flexibiliza a legislação trabalhista defendido por Guedes e que foi barrado pelo Congresso duas vezes.

Há discussão também sobre a retomada da obrigação de o empregador homologar a rescisão contratual do trabalhador perante o sindicato.

A economista e pesquisadora do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) da Unicamp, Marilane Oliveira Teixeira, vê a possibilidade de a negociação individual prevalecer sobre a coletiva como um dos aspectos "mais nefastos" introduzidos pela reforma.

Ela ainda lembra que o trabalho intermitente foi a principal vitrine da reforma trabalhista, com a promessa de gerar milhões de postos de trabalho. Mas destaca que o que se viu na prática, depois de cinco anos, não foi isso. "Representa menos de 0,5% dos vínculos formais no mercado de trabalho", afirma.

Para a especialista, o único aspecto positivo da reforma foi o fim do imposto sindical. "Forçou os sindicatos a repensar sua forma de sustentação".

Propostas tributárias de campanha, em tramitação no Congresso e em estudos

**Reforma tributária** solidária, justa e sustentável  
Simplificar e reduzir a tributação do consumo Garantir progressividade tributária (ricos vão pagar mais)  
Desonerar produto com maior valor agregado, tecnologia embarcada e ecologicamente sustentável  
Combate à sonegação

PROPOSTAS MAIS AVANÇADAS NO CONGRESSO  
1) PEC 45 - relatório deputado Aguinaldo Ribeiro

Substitui cinco **tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Bens e Serviços e um Imposto Seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas  
Transição de seis anos em duas fases, uma federal e outra com ICMS e ISS  
Substitui a desoneração da cesta básica pela devolução de imposto para famílias de menor renda  
2) PEC 110 - relatório senador Roberto Rocha

Criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com fusão do PIS e Cofins Criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com fusão do ICMS e ISS Substitui IPI por um imposto seletivo sobre itens prejudiciais à saúde e meio ambiente Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, abastecido com recursos do IBS Restituição de **tributos** a famílias de baixa renda 3) PL 3887/2020 - proposta do Ministério da Economia

Criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com fusão do PIS e Cofins Mantida regra atual de desoneração da cesta básica 4) PL 2337/2021 - texto aprovado na Câmara

Isenção do IRPF na faixa até R\$ 2.500 e Correção de média de 13% nas demais faixas Desconto simplificado máximo de R\$ 10.563,60 (hoje, limite é de R\$ 16.754,34) Tributação de dividendos, com isenção para o Simples e lucro presumido Corte da alíquota-base do IRPJ de 15% para 8% Corte da CSLL em até 1 ponto percentual Fim dos JCP (Juros sobre Capital Próprio) Fontes: Câmara dos Deputados e Senado Federal

PROPOSTA DO GRUPO DOS SEIS (BERNARD APPY E OUTROS) 1) Tributação do consumo: nos termos das PECs 45 e 110, em tramitação no Congresso

Substituição de cinco **tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um imposto sobre valor adicionado (IVA), com arrecadação centralizada e gestão compartilhada (PEC 45) Possibilidade de ter um IVA federal e outros para estados e municípios (PEC 110) Substituir a desoneração da cesta básica pela devolução de imposto para famílias de menor renda 2) Tributação da renda do trabalho

Atualização da tabela do IRPF mais correção anual pela **inflação** Alíquota adicional para rendas mais elevadas Limitação de benefícios fiscais Redução da contribuição patronal na parcela da remuneração superior ao teto do **INSS** 3) Tributação do capital

Redução da alíquota sobre lucro das empresas e mudança na base de cálculo Tributação de dividendos e outras rendas por meio de tabela progressiva 4) Tributação de aplicações financeiras

Elimina isenção para algumas aplicações (LCI, LCA, CRI, CRA e fundo imobiliário) 5) Regimes simplificados (Lucro Presumido e Simples)

Reformulação para corrigir distorções que dificultam o crescimento das pequenas empresas, desestimular "pejotização" e baixa tributação da alta renda

Pequenas do Simples devem pagar menos imposto; PJs de alta renda, mais 6) **Tributos** sobre o patrimônio

Lei complementar sobre heranças e doações no exterior IPVA para embarcações e aeronaves Revisão do ITR (imposto territorial rural) Fonte: Contribuições para um Governo Democrático e Progressista (agosto/2022)

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50140&anchor=6470525&pd=20d8adfcfa8c58960a57dbe8105639e3>

# Haddad nomeia mais 2 mulheres para a Fazenda

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

Cobrado para ampliar a participação feminina em seu time no Ministério da Fazenda, o futuro ministro Fernando Haddad escolheu duas mulheres para a equipe econômica. Tatiana Rosito foi indicada para comandar a secretaria de Assuntos Internacionais e Fernanda Santiago para assumir a assessoria jurídica especial do ministro da Fazenda.

Haddad disse que as duas áreas serão próximas a ele e terão uma grande ligação com outros ministérios. Já são três mulheres na sua equipe. A subprocuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, já tinha sido indicada para a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Tatiana é funcionária de carreira do Itamaraty e trabalhou por dez anos na China, em postos no Banco dos Brics e na Petrobras.

Já Fernanda é do quadro de carreira da PGFN. Antes, trabalhou por 14 anos na Polícia Rodoviária Federal.

No anúncio, Haddad ressaltou que as duas servidoras foram recomendadas pelas próprias carreiras. Um sinal de que ele não quis enfrentar novas resistências de servidores, já que a escolha de Robson Barreirinhas para a **Receita Federal** foi mal recebida por ele não pertencer ao quadro do órgão.

Para a escolha de Tatiana, Haddad disse que consultou o futuro ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o ex-chanceler Celso Amorim.

Segundo ele, são áreas que terão que estar muito integradas em função da agenda externa do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Tatiana já foi assessora internacional do exministro Joaquim Levy, no governo Dilma Rousseff (PT).

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Empresas podem excluir ajuda de custo do home office da contribuição ao INSS

**Beatriz Olivon De Brasília**

As empresas que reembolsam os funcionários por despesas com internet e energia elétrica no home office podem excluir esses custos da base de cálculo das contribuições previdenciárias e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Essa é a interpretação da própria **Receita Federal**, expressa na Solução de Consulta nº 63 da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que orienta os fiscais do país.

Trata-se da primeira manifestação da **Receita Federal** sobre a tributação de insumos para o teletrabalho - o que pode ultrapassar 30% do montante pago. Apesar da boa notícia para os empregadores, o desafio, segundo tributaristas, será como comprovar a finalidade dos valores recebidos pelos empregados. A solução de consulta foi proposta por uma empresa que atua na fabricação de refrigerantes e refrescos e no comércio atacadista de bebidas. Por causa da pandemia da covid-19, adotou o regime integral de home office para alguns dos empregados.

A empresa questionou a Receita por causa do pagamento de uma ajuda de custo mensal, em valor fixo apurado com base na média de gastos, para ajudar os funcionários com as despesas de internet e energia elétrica durante o expediente de trabalho. Alega que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê expressamente que ajudas de custo, ainda que habituais, não constituem base de cálculo para a incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.

Na solução de consulta, a Receita afirma que, pelo contexto apresentado pela empresa, os valores pagos aos empregados deixarão de ser devidos se o trabalhador voltar ao trabalho presencial. Portanto, diz o órgão, seriam ganhos eventuais, com caráter indenizatório. Não integram a remuneração pelo trabalho. A Receita ainda destaca que, conforme a Lei nº 8.212, de 1991, valores recebidos a título de ganhos eventuais devem ser excluídos da base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Porém, para a caracterização do aspecto indenizatório do ressarcimento, o Fisco exige documentos. De acordo com a solução de consulta, para a comprovação da inexistência de acréscimo patrimonial é necessário que o beneficiário comprove, por meio de "documentação hábil e idônea", que os valores foram

pagos pelo empregado. A interpretação do Fisco afasta também a incidência do IRRF sobre os valores pagos. Além disso, há impacto na apuração do IRPJ pela empregadora. Segundo a solução de consulta, a ajuda de custo para os trabalhadores pode ser considerada despesa operacional, que é dedutível do lucro real - base de cálculo do IRPJ.

De acordo com Alessandro Cardoso, sócio do escritório Rolim Advogados, o assunto é muito importante para as empresas, especialmente depois da pandemia, e elas têm feito consultas sobre o tema. O advogado reforça que, antes da pandemia, a reforma trabalhista regulamentou o teletrabalho e a forma de reembolso da estrutura necessária para o trabalho remoto. A responsabilidade por arcar com tais custos seria do empregador e isso não constituiria remuneração.

Contudo, para o advogado, a **Receita Federal** deixou de responder a principal dúvida da empresa, que é se a ajuda de custo poderia ser paga em valor fixo ou percentual da fatura de energia e internet do funcionário. "Ela respondeu que o beneficiário precisa comprovar por documentação hábil, sem dizer qual métrica pode ser usada", diz. A forma de comprovação das despesas é outra preocupação dos advogados tributaristas. Para Thais Shingai, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados, não ficou claro se a empresa precisa pedir as faturas de internet e energia elétrica de todos os empregados. "A empresa perguntou, mas a Receita respondeu genericamente", afirma.

"Quando pensamos em uma empresa com poucos empregados é relativamente tranquilo fazer essa comprovação, mas em empresas maiores é inviável fazer o controle empregado a empregado", diz Thais. "O mais usual é pagar um valor fixo com base na média de gastos", acrescenta. A advogada destaca que apesar de alterações na CLT sobre teletrabalho pela reforma trabalhista, a Lei Previdenciária (nº 8212, de 1991) não foi alterada e só menciona algumas ajudas de custo específicas, como em caso de mudança de local de trabalho. Contudo, o conceito de ajuda de custo, segundo Thais, é de tudo que é pago quando a empresa faz alteração contratual que gera gasto novo ao empregado.

Ante o desafio de comprovar tais despesas com internet e energia elétrica, o advogado Pedro Ackel,



sócio do escritório W Faria, afirma que algumas empresas já decidiram contratar laudos para evidenciar a média de gastos. E têm pedido, segundo ele, uma divisão por diferentes setores da companhia. Isso porque, diz o advogado, em alguns departamentos o consumo de internet ou telefonia é muito maior do que em outros setores dentro da mesma empresa.

Já para o advogado Fabio Medeiros, sócio do escritório Lobo de Rizzo, a solução de consulta gera mais incerteza que soluções. Ele aponta que o texto faz uma confusão ao responder sobre "reembolso" quando a empresa perguntou sobre "ajuda de custo". Medeiros explica que, na ajuda de custo o empregador paga um valor e o empregado gasta. No reembolso, o empregado tem que apresentar uma espécie de prestação de contas com comprovantes das despesas, o empregador avalia e paga de volta - o que torna o procedimento mais complexo para a empresa. Ainda segundo Medeiros, chama a atenção que a Receita tenha fundamentado que tais valores seriam ganhos eventuais do trabalhador, mas os pagamentos pela empregadora sejam habituais. "Não seria precisamente esse o conceito", diz.

**Site:** <https://valor.globo.com/>

# STF pode retomar julgamentos de impacto fiscal bilionário

**Beatriz Olivon De Brasília**

A nova regra que impõe prazo de 90 dias para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) devolverem os processos para análise dos colegas, após pedido de vista, permitirá a retomada de uma série de julgamentos tributários de impacto bilionário. Conforme a mudança no Regimento Interno da Corte, vencido esse prazo, o processo é automaticamente liberado para votação. Dentre os pedidos de vista que ainda não foram devolvidos a julgamento e já passaram do prazo de 90 dias, está o processo que discute a aplicação da multa de 50% sobre os valores de restituição, ressarcimento ou compensação tributária considerados indevidos pela **Receita Federal** - a chamada multa isolada. Nesse caso, serão R\$ 32 bilhões de perda se a União não puder mais aplicar a punição. Os contribuintes contestam essa multa por já estarem sujeitos à multa de mora (RE 796939).

Com a aplicação da nova regra, a Corte também poderá retomar o julgamento sobre o voto de qualidade, em que se debate o critério de desempate dos julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - última instância para discutir, na esfera administrativa, autuações fiscais aplicadas pela **Receita Federal** (ADIs 6399, 6403 e 6415). O modelo atual, que está sob análise na Corte, favorece o contribuinte. Com isso, em discussões milionárias, os conselheiros estão beneficiando as empresas.

Um recurso sobre a incidência de PIS na atividade de seguradoras, que está suspenso por pedido de vista apresentado em 2016, pode voltar à pauta de julgamentos (RE 400479). Mas, nesse caso, o STF começou a julgar a incidência de PIS e Cofins no setor em outros dois processos, também suspensos por pedido de vista. Eles ainda estão no prazo de 90 dias para devolução. O impacto do julgamento desses processos é estimado em R\$ 115,2 bilhões pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Outra ação cuja análise pela Corte poderá ser retomada trata da redução de 60% na base de cálculo do ICMS sobre agrotóxicos. A tramitação desse processo está suspensa por pedido de vista desde 2020 (ADI 5553). Por pouco, a medida do STF não engloba a ação sobre os créditos tributários de ICMS na transferência de mercadorias, de um Estado para

outro, entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte (ADC 49). Apesar de o mérito ter sido julgado, os ministros se dividem sobre a partir de quando a decisão teria validade e - mais importante para as empresas - sobre a edição de normas estaduais que disciplinem a transferência de crédito.

Com esse julgamento, as dez maiores empresas do varejo correm o risco de perder R\$ 5,6 bilhões de créditos tributários por ano, segundo impacto estimado em um parecer da Tendências Consultoria Integrada. Mas o pedido de vista, em embargos de declaração, foi devolvido em 19 de dezembro pelo ministro Nunes Marques. O julgamento está marcado para acontecer entre os dias 10 e 17 de fevereiro, no Plenário Virtual do STF.

Na seara trabalhista também há impacto pela nova regra. O STF pode retomar a análise da constitucionalidade de dispositivos inseridos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017) que tratam da reparação do dano extrapatrimonial ou danos morais trabalhistas (ADIs 6050, 6069 e 6082). O caso está suspenso por pedido de vista desde outubro de 2021. O prazo de 90 dias, contado da data da publicação da ata de julgamento, foi criado por meio de mudança no Regimento Interno da Corte. A alteração está prevista na Emenda Regimental nº 58/2022, aprovada por unanimidade em sessão administrativa realizada em formato eletrônico, de 7 a 14 de dezembro. A íntegra do texto deverá ser publicada no Diário de Justiça Eletrônico, no começo de janeiro.

Em relação à devolução dos processos com pedido de vista já formulado na data de publicação da emenda, os ministros terão 90 dias úteis antes da liberação automática para julgamento. Na prática, a medida vai acelerar a tramitação dos processos no STF. O mesmo efeito é esperado em relação à outra alteração no regimento interno da Corte, que impacta os recursos submetidos à sistemática da repercussão geral. A emenda regimental prevê um prazo comum de seis dias úteis para que cada ministro ou ministra se manifeste sobre a questão, após recebida a manifestação do relator.

Na esteira das mudanças regimentais, a ministra Rosa Weber, presidente do STF, assinou a Resolução nº 790, de 2022, que cria o Centro de Soluções

Alternativas de Litígios (Cesal). O objetivo do Cesal é ajudar o STF na resolução de processos que exijam "intervenções jurisdicionais diferenciadas". Isso inclui a mediação, a conciliação e a cooperação entre STF e os demais órgãos do Judiciário para a prática de atos judiciais ou administrativos. (Colaborou Luisa Martins)

**Site:** <https://valor.globo.com/>

# Revogação de sigilos exigirá amplo processo de análise

São Paulo - A revogação dos sigilos decretados ao longo do governo de Jair Bolsonaro (PL) demandará um amplo processo de revisão por órgãos administrativos responsáveis por políticas de transparência, como a Controladoria-Geral da União (CGU).

Durante a campanha, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu emitir um decreto para revogar os chamados sigilos de 100 anos decretados sob Bolsonaro. Entre os casos estão as restrições de acesso à carteira de vacinação do presidente, ao processo da **Receita Federal** referente a Flávio Bolsonaro e ao processo disciplinar contra o ex-ministro Eduardo Pazuello.

A conclusão do grupo de trabalho de transparência apresentada no relatório final do gabinete de transição foi que a gestão Bolsonaro agiu para fragmentar e constranger a ação de órgãos cruciais para a transparência.

"O recurso à imposição de sigilos foi usado como forma de manter ocultas circunstâncias vinculadas à conduta de autoridades e integrantes próximos ao círculo do poder, sob falso pretexto de proteção da segurança nacional e segurança do presidente da República, seus familiares, apoiadores e auxiliares diretos", diz o relatório.

Como medidas a serem adotadas, o grupo recomendou que Lula determine a reavaliação pela CGU de imposição indevida de sigilo de 100 anos.

Outra sugestão é que o presidente determine que a Advocacia-Geral da União (AGU) faça um parecer vinculante sobre como o artigo da Lei de Acesso à Informação (LAI) referente à proteção de dados pessoais deve ser aplicado. A medida obrigaria o cumprimento pelas autoridades do Executivo federal.

A recomendação diz respeito ao dispositivo do artigo 31 da LAI que restringe por até 100 anos o acesso a informações pessoais que atinjam a intimidade, vida privada, honra e imagem de alguém.

Para especialistas em transparência, a gestão Bolsonaro distorceu a lei e praticou abusos. O advogado Bruno Morassuti, cofundador da Fiquem Sabendo, diz que a restrição de acesso não é sigilo e

nem deve ser aplicada para agentes públicos no exercício de suas funções, lobistas e beneficiários de recursos públicos.

"A lei fala até 100 anos, e não 100 anos automaticamente, mas isso virou costume.

O ideal seria que esse prazo só fosse aplicado para informações pessoais muito sensíveis, sempre de forma fundamentada, porque o princípio da LAI é transparência é a regra e o sentido é a exceção", argumenta.

"Os tais sigilos de 100 anos são negativas de acesso à informação sob o argumento de que eram informações pessoais quando claramente não eram. Eram informações de interesse público", acrescenta Marina Atoji, diretora de programas da Transparência Brasil.

A alteração do decreto que regulamentou a LAI para deixar claro que a norma não pode ser aplicada em casos de evidente interesse público foi recomendada pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas ao grupo de transparência da transição.

Critérios - Além da interpretação distorcida, especialistas também questionam os critérios para classificar sigilos adotados sob Bolsonaro.

Segundo a LAI, o prazo máximo é de 25 anos para informações ultrassecretas, 15 anos para as secretas e cinco anos para aquelas de acesso reservado.

"Tivemos casos em que já havia um entendimento sobre a divulgação, mas, mesmo assim, a informação passou a ser negada de forma casuística, como punições a agentes públicos. No caso do Pazuello, não conseguimos ter acesso ao documento", diz Morassuti.

Júlia Rocha, coordenadora do Programa de Acesso à Informação e Transparência da Artigo 19, acrescenta que o caso do general a negativa de acesso teve como base a hierarquia militar, o que não justificaria a restrição. Por envolver as Forças Armadas, ela acredita que a revogação será mais complexa.

A LAI também prevê o sigilo para informações que possam colocar em risco a segurança do presidente e vice-presidente da República, esposas e filhos, até o

término do mandato.

Para especialistas, o registro de entradas e saídas dos filhos do presidente do Planalto não poderia ser lido de tal maneira.

Sobre o caso, Júlia Rocha explica que será preciso reavaliar a classificação que restringiu a informação. "A análise caso a caso é melhor para que se crie precedentes positivos e parâmetros para a aplicação do artigo 31 da LAI", ressalta. (Géssica Brandino/Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-29-12-2022/>

# Governo terminará 2022 com superavit

**Rosana Hessel**

O Tesouro Nacional registrou deficit primário de R\$ 14,7 bilhões em novembro nas contas do governo central, revertendo o saldo positivo de R\$ 4,2 bilhões contabilizado no mesmo mês de 2021. O rombo fiscal foi pior do que o esperado pelo mercado, que estimavam um deficit primário de R\$ 1,3 bilhão, de acordo com a pesquisa Prisma Fiscal realizada pelo Ministério da Economia.

Apesar do saldo negativo do mês passado, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, prevê um superavit primário de R\$ 34 bilhões em 2022, o primeiro resultado positivo depois de oito anos de deficits consecutivos.

Mas ele admite que o valor poderá ser maior, chegando a R\$ 50 bilhões. "Ainda estamos elaborando e estudando demandas" disse Valle. As contas do governo central reúnem Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**. Em novembro, Tesouro e BC foram superavitários em R\$ 4,6 bilhões, enquanto a **Previdência Social** (RGPS) apresentou rombo de R\$ 19,2 bilhões.

O resultado primário de novembro foi resultado de despesas de R\$ 140,6 bilhões e receita líquida (descontados os repasses para estados e municípios) de R\$ 125,9 bilhões. As despesas cresceram 4,6% em termos reais (acima da **inflação**) na comparação com novembro de 2021, enquanto as receitas encolheram 9,4% na mesma base de comparação.

Tiveram destaque a redução de R\$ 8,7 bilhões no recebimento de dividendos, mas a renúncia de **tributos** com o IPI, cujas alíquotas encolheram 35%, e de PIS-Cofins sobre combustíveis também ajudaram no resultado.

Do lado dos ganhos, houve arrecadação "acima do esperado" do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Com o resultado de novembro, o superavit primário do governo central acumulado no ano somou R\$ 49,3 bilhões, em termos nominais, o melhor resultado para o período desde 2013.

Nos 11 primeiros meses de 2021, foi registrado deficit primário de R\$ 48,9 bilhões. Valle reconheceu que o fato de os servidores terem ficado sem reajuste

salarial neste ano ajudou no resultado.

Em termos reais, no acumulado até novembro, a receita líquida cresceu 9,4%, para R\$ 1.684,2 bilhões enquanto a despesa aumentou 2,5%, para R\$ 1.634,9 bilhões.

Nessa conta está incluída a operação do Campo de Marte, que voltou para o controle da União e foi contabilizada como despesa. "Se incluíssemos o encontro de contas, teríamos um superavit primário de R\$ 73,2 bilhões", afirmou Valle.

A meta fiscal deste ano permite um rombo de até R\$ 170,4 bilhões. No acumulado em 12 meses, o resultado primário do governo central foi positivo em R\$ 66,5 bilhões, o equivalente a 0,77% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

# Novas regras trazem mudanças na aposentadoria em 2023 (Artigo)

**João Badari**

Após a Reforma da Previdência em 2019, anualmente, teremos mudanças nas regras de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Quem ainda não alcançou a tão sonhada aposentadoria do **INSS** e espera pedir no ano de 2023 deve estar atento às mudanças.

Se o trabalhador já tinha atingido o direito no ano de 2022 (ou até mesmo antes) e optou por ainda não pedir o benefício, pode ficar tranquilo, pois tem direito adquirido a melhor regra que cumpriu os requisitos legais. E mais, pode ser que já tenha atingido os requisitos de aposentadoria da Lei 9.876/99, a regra que foi revogada pela Reforma da Previdência, e essa regra será preservada no pedido, mesmo que ele seja em 2023. Assim, muitos trabalhadores que irão requerer a aposentadoria nos próximos dias terão a oportunidade de utilizar a regra antiga.

As regras trazidas pela Emenda Constitucional 103, que passaram a valer a partir de 13 de novembro de 2019, trouxeram grandes mudanças para o acesso da aposentadoria e também no cálculo do benefício previdenciário.

E vale destacar as principais mudanças: a aposentadoria por tempo de contribuição acabou?.

Sim e não. Vou explicar: ela ainda existe, porém com o tempo vai se acabando. Acontece que o trabalhador que tinha direito à aposentadoria por tempo de contribuição antes de 13 de novembro de 2019 continua com esse direito valendo, pelo direito adquirido.

Se o homem já tinha 35 anos de contribuição e as mulheres 30 anos de contribuição até 13 de novembro de 2019, mesmo que não tenha ainda pedido a sua aposentadoria, poderão utilizar esse direito sem a exigência de idade mínima obrigatória.

E é muito importante destacar que o tempo especial poderá ser utilizado (por exemplo, insalubridade), período trabalhado em ambiente rural, regime próprio trabalhado, alistamento militar, ação trabalhista que reconheceu vínculo, entre outros, podem fazer o tempo de contribuição aumentar e trazer a aposentadoria pela regra antiga, sem idade mínima.

E mais, mesmo as regras trazidas pela Reforma da Previdência podem beneficiar o trabalhador com uma aposentadoria sem idade mínima a ser alcançada; são as regras de transição que foram criadas.

Outra pergunta frequente: quais as regras do **INSS** para a aposentadoria que não vão mudar em 2023?.

As regras fixas, que não serão modificadas no próximo ano. São elas:

- Regra da Lei 9.876/99: se você já tinha direito adquirido, as regras anteriores à Reforma da Previdência serão mantidas;

- Regra permanente trazida pela Reforma da Previdência: homens se aposentam com 65 anos de idade e 20 anos de contribuição (para os filiados após 13 de novembro de 2019; os anteriores continuam em 15 anos) e mulheres aos 62 anos, com 15 anos trabalhados;

- Regra do pedágio de 50%: regra de transição trazida pela Reforma da Previdência, que também não irá mudar em 2023. Por essa regra, quem estava com 2 anos ou menos para se aposentar em 13 de novembro de 2019, deverá cumprir um pedágio de 50% do tempo restante. Exemplo: se faltava 1 ano para o homem alcançar os 35 anos, deverá trabalhar por mais 1 ano e 6 meses do pedágio;

- Regra do pedágio de 100%: regra de transição também trazida pela Reforma da Previdência, que também não irá mudar em 2023. Por essa regra, quem estava com mais de 2 anos para se aposentar em 13 de novembro de 2019, deverá cumprir um pedágio com o dobro do tempo restante. Exemplo: se faltavam 3 anos para o homem alcançar os 35 anos, deverá trabalhar por mais 3 anos e 3 meses do pedágio, totalizando 6 anos.

E quais são as novas regras para a aposentadoria em 2023?

Entre as novas regras da aposentadoria em 2023 estão as regras de transição, trazidas pela Reforma da Previdência para amenizar os efeitos das mudanças. São elas:

- Regra de transição pelo sistema de pontos em 2023: em 2023, os homens se aposentam ao atingir a somatória de 100 pontos e as mulheres, 90 pontos. Os pontos são decorrentes da somatória da idade com o tempo de contribuição, e em 2023 eles sobem 1 ponto cada. Exemplo: homem com 40 anos de contribuição e 60 de idade, ou mulheres com 60 anos de idade e 30 de contribuição ao **INSS**.

- Valor da aposentadoria pela regra de pontos em 2023: o valor da aposentadoria segue o cálculo de 60% do valor do benefício integral por 15 anos de contribuição para mulheres e 20 para os homens, com o acréscimo do percentual de 2% a cada ano a mais. Esse coeficiente poderá passar de 100% do salário médio de contribuição, mas o valor é limitado ao teto do **INSS**, que em 2022 é de R\$ 7.087,22.

- Regra de transição da idade mínima mais tempo de contribuição em 2023: Esta regra terá um acréscimo de meio ponto para o ano de 2023. As mulheres vão precisar ter 58 anos de idade e um mínimo de 30 anos de contribuição para o **INSS**. Os homens precisarão atingir 63 anos de idade e pelo menos 35 anos de contribuição, para poderem se aposentar. Portanto, em 2022 os homens precisavam ter 62,5 anos de idade e as mulheres 57,5 anos de idade, para aposentar-se por esta regra de transição trazida pela EC103.

O valor da aposentadoria segue o cálculo de 60% do valor do benefício integral por 15 anos de contribuição para mulheres e 20 para os homens, com o acréscimo do percentual de 2% a cada ano a mais.

Este coeficiente poderá passar de 100% do salário médio de contribuição, mas o valor é limitado ao teto do **INSS**, que em 2022 é de R\$ 7.087,22.

- Regra de transição por idade em 2023: Esta regra de transição valia apenas para as mulheres, onde no ano de 2022 tinham uma redução de 6 meses na idade mínima para aposentar-se, porém no ano de 2023 ela vai subir 6 meses, alcançando a idade mínima de 62 anos.

Assim, em 2023 as mulheres precisarão de 62 anos de idade e 15 anos trabalhados, para conseguirem se aposentar por esta regra, tornando a regra permanente da idade mínima trazida pela Reforma da Previdência.

O valor da aposentadoria, mais uma vez, seguirá o cálculo de 60% do valor do benefício integral por 15 anos de contribuição para mulheres e 20 para os homens, com o acréscimo do percentual de 2% a cada ano a mais. Este coeficiente poderá passar de 100% do salário médio de contribuição, mas o valor é

limitado ao teto do **INSS**, que em 2022 é de R\$ 7.087,22.

Portanto, em 2023, ocorrerão mudanças nas regras de transição trazidas pela Reforma da Previdência de 2019. As novas regras para a aposentadoria serão no aumento da idade mínima, tempo de contribuição e pontuação para obter a tão sonhada aposentadoria do **INSS**. O cálculo dos benefícios não será afetado, mas as regras de concessão da aposentadoria sofrerão alterações no ano de 2023. Entretanto, é essencial realizar o planejamento da aposentadoria, para assim se encaixar na regra mais vantajosa, com a busca do melhor benefício do **INSS**.

João Badari, Advogado, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/12/2022/p1>



# Governo fecha novembro com déficit de R\$ 14,7 bi

As contas do governo federal fecharam no vermelho em R\$ 14,7 bilhões em novembro, segundo dados do Tesouro Nacional divulgados ontem. O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - foi o pior para o mês desde 2020, quando houve déficit de R\$ 21,411 bilhões, considerando a correção pela **inflação**. Em novembro de 2021, o resultado havia sido positivo em R\$ 4,435 bilhões, já descontada a **inflação**.

O déficit do mês passado foi maior que as expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava para um resultado deficitário de R\$ 13,750 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast.

No acumulado do ano, o resultado primário registrou superávit de R\$ 49,297 bilhões, o melhor desde 2013.

Em novembro, as receitas tiveram queda real de 9,4% em relação a igual mês do ano passado.

Em 12 meses até novembro, o governo federal apresenta superávit de R\$ 66,5 bilhões.

A meta fiscal para este ano admite um déficit de até R\$ 170,5 bilhões nas contas do governo central, mas a equipe econômica esperar fechar o ano com um saldo positivo de R\$ 36,9 bilhões, conforme estimativa revisada hoje.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Após lançar Ciro, PDT assumirá Previdência

O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, decidiu aceitar um convite para assumir o Ministério da Previdência no futuro governo Lula. Apesar de a bancada do PDT ter demonstrado resistência inicialmente à ideia de comandar a pasta, considerada de menor visibilidade pelos parlamentares, o dirigente petetista resolveu dar seu aceite após receber contatos de Lula e da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, nos últimos dias. A Previdência também era pleiteada pelo Solidariedade, partido que fez parte da coligação de Lula desde o primeiro turno da campanha presidencial.

No contato com Lula, o dirigente do PDT combinou de se encontrar com o presidente eleito nesta semana para sacramentar o convite. Lula deve anunciar ainda hoje sua última leva de ministros, contemplando também outras siglas, como PSD e MDB, que tiveram manifestações de apoio ao petista no segundo turno contra Jair Bolsonaro (PL). O PDT declarou apoio formalmente a Lula na segunda fase da eleição, após ter lançado a candidatura de Ciro Gomes no primeiro turno.

Os parlamentares do PDT vinham apresentando restrições à ideia de a legenda assumir um ministério, como o da Previdência, que não fosse responsável por políticas públicas "na ponta", com contato direto com a população. Lupi, no entanto, tem demonstrado a pessoas próximas que está animado com a pasta.

Nos cálculos do presidente do PDT, as políticas do ministério serão relevantes, pois terão reflexo em 35 milhões de aposentados, pensionistas e inscritos no Benefício de Prestação Continuada (BPC), sem contar 1,1 milhão de brasileiros à espera da concessão de algum tipo de benefício da **Previdência Social**.

Um dos tópicos previstos para a conversa entre Lula e Lupi era um detalhamento, por parte do presidente eleito, dos órgãos que estarão sob o guarda-chuva do ministério, como o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e a Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (DataPrev).

Caso seja confirmado na Previdência, o presidente do PDT será mais um ex-ministro do primeiro mandato de Lula a reassumir uma cadeira na Esplanada. Lupi foi ministro do Trabalho e Emprego de 2007 a 2011, quando deixou a pasta, já no governo Dilma Rousseff. Na ocasião, Lupi pediu exoneração do cargo em meio a acusações de um esquema de arrecadação de recursos ilícitos através de ONGs que mantinham

convênios com o ministério sob sua gestão. O petetista, à época, também foi acusado de usar um avião privado custeado por uma dessas entidades. Embora Lupi tenha negado irregularidades, a Comissão de Ética da Presidência recomendou na ocasião sua demissão, por considerar que suas explicações haviam sido "insatisfatórias".

Na campanha eleitoral deste ano, Lupi fez críticas ao PT por tentativas de minar a candidatura de Ciro Gomes, mas também buscou se dissociar do tom bélico adotado pelo candidato petista em relação a Lula. Em diferentes ocasiões, Lupi defendeu que o alvo principal de críticas do PDT deveria ser Bolsonaro, direcionamento que não foi acatado por Ciro.

**DISPUTA POR ESPAÇOS** Com a provável entrada do PDT no Ministério da Previdência, o Solidariedade, que chegou a indicar a deputada federal Marília Arraes (PE) para o posto, pode ficar sem espaços no primeiro escalão do governo Lula. O presidente do Solidariedade, Paulinho da Força, já foi filiado ao PDT, mas deixou o partido em 2013 para fundar sua própria legenda, em meio a atritos com Lupi.

Paulinho, que não conseguiu se reeleger à Câmara, articulou após as eleições uma fusão entre o Solidariedade e o PROS, outro partido que fez parte da coligação de Lula.

Outros partidos que formaram o bloco de apoio à candidatura petista, como PSOL, Rede e PCdoB, já têm vagas confirmadas ou encaminhadas em ministérios.

O PDT nas gestões Lula e Dilma

Trabalho Carlos Lupi, presidente nacional do PDT, foi o titular da pasta em quase todo o segundo mandato de Lula, iniciado em 2007, e nos primeiros meses do governo Dilma em 2011. Após sua exoneração, a pasta seguiu com o PDT: Bri-zola Neto ficou no posto entre 2012 e 2013, sendo substituído por Manoel Dias, que só deixou o cargo após a fusão da pasta como Ministério da Previdência, assumido pelo PT em 2015.

**Comunicações** No primeiro mandato de Lula, o então deputado Miro Teixeira (RJ) foi ministro por dois anos, até 2004. O PDT reassumiu o comando da pasta em 2015, com o deputado federal André Figueiredo (CE), nomeado numa tentativa de re-com

por a base do governo. Figueiredo deixou o posto após o impeachment de Dilma em 2016.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# "O orçamento aprovado expõe um déficit de R\$ 220 bi. Isso não vai acontecer"

MÍRIAM LEITÃO [miriamleitao@oglobo.com.br](mailto:miriamleitao@oglobo.com.br)

A três dias de assumir o comando da economia brasileira, o ministro Fernando Haddad garante que o déficit público de 2023 não será o que está no Orçamento e promete um plano robusto de corte de gastos para o início do ano. "O primeiro trimestre é crucial. O governo tem que dizer a que veio, logo". Ele conta que o atual governo mandou retirar 2,5 milhões do cadastro do Bolsa Família, admitindo a concessão indevida de benefícios. Em longa entrevista ao GLOBO, ele diz que teve com o presidente "um diálogo maduro", elogia a senadora Simone Tebet, defende a reindustrialização com tecnologia de ponta e ambientalmente sustentável, e promete diversidade na equipe.

O senhor optou por não prorrogar as desonerações dos combustíveis. O que acontece no dia 1º? Os combustíveis subirão com a volta dos impostos?

Quero situar as decisões que estão sendo tomadas num contexto. Essa eleição custou aos cofres públicos, do ponto de vista do atual governo, alguma coisa como R\$ 300 bilhões. Custou 1,5% do PIB em aumento do dispêndio e 1,5% em renúncia fiscal. O que o governo Bolsonaro fez no último ano de mandato de forma desesperada, atabalhoada, custou 3% do PIB. O Orçamento enviado era fictício. O que nós temos de fazer agora é corrigir o estrago feito no período eleitoral para garantir uma vitória que não veio. Elefantezou quem quis com as contas públicas, e isso foi tolerado para que não houvesse contestação do resultado. Isso trouxe consequências dramáticas para a economia, mas tirou o discurso dele. Vamos ter que rever tudo isso. Mas vamos fazer de maneira criteriosa. Algumas medidas são parte da nossa agenda, como o aumento do Bolsa Família, mas vamos sentar com o mapa das decisões para rever. Lula é o mentor do Bolsa Família, mas ele não concorda com fraude. O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento Social) tem dito que transparência e eficiência dão o suporte que o programa tem. Agora teremos que relegitimar o programa. O próprio governo nos remeteu ofício para retirar 2,5 milhões do cadastro. Eles admitem que colocaram no programa quem não era elegível. Faremos um pente-fino no gasto ilegítimo e nas desonerações açodadas. Vamos tratar das contas públicas no ano que vem. Temos quatro anos, e o primeiro é para arrumar a

casa.

No caso dos combustíveis, não pode haver um salto de preços? Fizeram algum plano de reoneração?

Desde que a desoneração foi decidida, no calor do processo eleitoral, o preço do petróleo caiu mais de 20%. Vamos definir se a Petrobras vai seguir a queda de preço internacional. Na minha opinião, se a gente anunciar um plano robusto de arrumar a casa, desarrumada neste ano, haverá um impacto muito forte sobre as expectativas. Isso vai se refletir nos juros e no câmbio. E aí se poderá tomar uma decisão mais sóbria, a partir de 1º de janeiro.

Esse plano robusto será de ataque aos gastos. Pode adiantar alguns pontos? Será isso: revisão de renúncias fiscais e de benefícios eleitoreiros?

É muita coisa. Chegou para nós de pessoas da máquina que foram retirados todos os filtros para a concessão de benefícios no INSS. Houve desleixo. Precisamos ver o tamanho do desleixo. O fim do orçamento secreto é importante porque você pode dizer para onde está indo o dinheiro. Nada contra o Congresso participar da execução orçamentária, tanto é verdade que fizemos um acordo. O que eu quero dizer para você com todas as letras é: no ano de 2022, o desarranjo em virtude de um certo desespero das pesquisas, isso tem um preço. Não estou me queixando da tarefa. O presidente Lula foi eleito para isso. Nós vamos arrumar a casa, e a hora de fazer esta arrumação é o primeiro ano. Não vai fazer no quarto ano. Até porque vai se garantir as condições de crescimento que vão acomodar as tensões distributivas que são recorrentes no Brasil.

Como e quando as medidas serão anunciadas?

Vão ser vários anúncios formais, mas o governo tem que dizer a que veio, logo. Arrumar a casa é o item. Rever desonerações, benesses que foram dadas eleitoralmente, sem base técnica alguma. Temos que ver os atos desesperados para colocar o Brasil no rumo certo. Isso é uma sinalização à qual os atores vão responder; o Banco Central, os investidores estrangeiros. Tem que ter uma arrumação inicial. O primeiro trimestre é crucial para essa tarefa, porque a partir de abril começa uma agenda estrutural. A questão da regra fiscal, que tem de ser muito

sopesada pela sociedade. Não é regra do governo, é da sociedade. Tem que ser crível, que aponte para um futuro mais promissor, e tem a **reforma tributária**, que quero colocar na ordem do dia quando as comissões estiverem instaladas.

O que já se pensou sobre a âncora fiscal? Voltar ao superávit primário, ter algum indicador que aponte para o horizonte da dívida?

Quando o Guedes lançou um teto de dívida, eu escrevi um artigo dizendo que isso não funciona. Não existe política fiscal e política monetária. Existe política econômica. Ou há uma harmonização ou não terá uma média boa.

Como vai harmonizar com o Banco Central independente?

É a primeira vez que um presidente vai assumir em que o presidente do Banco Central não é da escolha dele. Vamos conviver dois anos com o Roberto Campos. Como vamos harmonizar? Na técnica. É preciso mostrar tecnicamente que há uma política fiscal consistente para que a política econômica tenha o mesmo objetivo. É possível, já fizemos no passado. Roberto Campos demonstrou, nas primeiras conversas conosco, uma abertura de diálogo maduro, e é do que nós precisamos. Por isso as sinalizações iniciais são tão importantes. Porque a partir dos nossos sinais é que as variáveis vão começar a se ajustar. Nós estamos há dez anos crescendo 0,5% ao ano a renda per capita, temos que buscar um caminho diferente. Temos razões técnicas para buscar essa parceria.

André Lara Resende escreveu um artigo dizendo que os juros estão altos demais no Brasil, chamou de "excrecência" Concorde?

Eu faria mal se, como ministro da Fazenda, fizesse avaliação da política do Banco Central. O que está acontecendo é uma construção institucional inédita. O cenário em que eu emita juízo sobre o trabalho do Roberto e ele sobre mim pela imprensa vai provocar exatamente aquilo que quero evitar. Vou levar à consideração do Banco Central o nosso plano, que tem como premissa essas variáveis que eu estou te dizendo. Devo fechar metas já para o ano que vem.

Metas de quê?

De tudo. O Orçamento aprovado expõe lá um déficit de R\$ 220 bilhões. Isso não vai acontecer. Ponto final.

Você está dizendo que o déficit será menor?

Estou dizendo que não vai acontecer esse déficit.

Porque não é a maneira que eu trabalho. Eu sei da importância de sinalizar a robustez do Estado brasileiro. Eu te asseguro que o que está no Orçamento, do ponto de vista de receitas e despesas, não vai acontecer. Mas vou esperar minha equipe estar empossada e apresentar um programa, que já encomendei, para anunciar nossos objetivos de curto prazo.

Sua equipe foi criticada, inclusive por mim, de ser muito homogênea do ponto de vista do pensamento econômico. Em outro tipo de homogeneidade, exceto na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), são todos homens brancos, quase todos paulistas.

Hoje (ontem) anuncio duas mulheres, uma negra e uma branca para a minha assessoria direta. Tatiana (Rosito), uma diplomata, morou dez anos na China e uma procuradora que vai acompanhar os atos normativos que eu assino (Fernanda Santiago). Então, todos os homens brancos que você citou receberam orientação de compor equipes com a maior pluralidade possível.

Por que o senhor mesmo não seguiu isso?

Eu não terminei de montar a equipe ainda. Tinha uma mulher, agora tem mais duas. São três mulheres. Eu sei que a adjunta do Tesouro será mulher. Acabei de receber o currículo dela, que já está escolhida pelo Rogério Ceron. E todos os secretários estão orientados nessa mesma direção. A equipe, quando estiver formada, vai passar por esse crivo, e nós podemos melhorar ao longo do tempo. A largada vai ser boa, mas isso não significa que nós vamos nos acomodar.

E sobre a ideia do pensamento homogêneo?

O que não pode ser homogêneo é o governo. Então, nós já temos o (Geraldo) Alckmin no Desenvolvimento, que tem um tipo de pensamento. No Planejamento, haverá uma visão de economia diferente da que foi defendida durante a eleição, mas foi uma aliança de segundo turno. Mas há diferenças na equipe. Não consigo pensar em duas pessoas que pensam mais diferente do que o Guilherme Melo e o Bernard Appy, por exemplo. São pessoas muito diferentes. O Rogério Ceron e o (Gabriel) Galípolo.

O Appy vai ficar com uma função específica, a **reforma tributária**.

O Guilherme Melo está na formação, na Secretaria de Política Econômica.

Primeiro, tem um ministro. Eu sou uma pessoa que estudei economia, escrevi sobre economia. Então, lá

tem ministro economista. Eu não sou economista de profissão, mas sou de formação. Segundo, tem um presidente da República que já governou este país por oito anos com um jeito que eu concordo na economia. E, terceiro, que eu não trabalho com esses departamentos. Cada um tem as suas tarefas específicas, mas as decisões são tomadas em um colegiado.

Simone Tebet, a futura ministra do Planejamento, se cercou de liberais na campanha. Como as divergências serão tratadas?

Simone tem minha simpatia pessoal, é uma pessoa transparente, que vai colocar, somar e refletir junto. E ela falou que, em mais de 90% da agenda, ela e eu chegaríamos à mesma conclusão. E, naquilo que porventura houver divergências, há uma instância de arbitragem, que é a Presidência da República. Nós vamos estar juntos no Conselho Monetário Nacional, na Camex, em tantas instâncias colegiadas. Eu não acredito muito em cartilha, principalmente na política econômica. É diferente escrever um artigo para revista especializada, um exercício intelectual. Outra coisa é quando você tem que tomar decisões, às vezes em 24 horas.

Como o governo está entendendo o papel do Ministério do Planejamento?

A nossa tese, minha e de Rui Costa, com o presidente, acabou fazendo desaparecer a Secretaria de Assuntos Estratégicos. As funções serão executadas pelo Ministério do Planejamento. Pensar na infraestrutura e na logística do país, nos setores econômicos de ponta que podem ser favorecidos com investimentos públicos. Fazer um review do orçamento, checar o que está produzindo efeitos concretos e benéficos para a população. Não se pode ter medo de rever programas, não se pode ter medo de redesenhar programas. Tem que usar mais Ipea, IBGE, Data-prev, DataSUS.

Então a ideia é fazer uma revisão de programas para saber a sua eficiência?

Essa é uma atribuição do Planejamento, que eu espero que prospere. Fazer um pente-fino em todos os planos.

O Fies deixou um grande déficit. O objetivo era bom, mas ele deixou um déficit muito grande.

Quando eu era ministro, eu tinha feito um planejamento de um Fies com o fundo garantidor para 150 mil contratos. Por que avançou com esse número? Eu não estava mais no Ministério da Educação. Mas, cá entre nós, 150 mil contratos é

pouco para o Brasil.

Sua relação com a Marina é sabidamente boa, mas suas decisões serão impactadas pelas ideias dela?

Marina nos disse que a agenda teria que nos trazer um padrão de desenvolvimento completamente novo. No Brasil, as fontes de energia novas, como o hidrogênio, a eólica, têm um potencial é incrível. Se for reindustrializar o país, não pode ser nos velhos moldes dos anos 70,80. A gente tem que pensar em fronteira, que é onde a gente pode ter alguma vantagem. A indústria automobilística tem que fazer carro elétrico, ônibus elétrico. A questão do hidrogênio verde. O Brasil pode desenvolver um padrão de desenvolvimento novo, na minha opinião, só é possível a partir de uma visão ambiental.

Há ideia de acabar com a paridade de preços internacional na Petrobras?

Isso não foi discutido com a equipe. Foi falado na campanha, mas tem que ver qual é o modelo. Certamente, esse é um assunto de primeira hora do governo por conta da questão tributária.

E o fundo de estabilização para preços?

Isso é uma discussão que estava no Congresso. Então, a área econômica evidentemente vai participar, e a gente precisa estar bem calçado tecnicamente para opinar.

Na privatização da Eletrobras foi colocado o jabuti das térmicas. Isso será revisto?

Acho que é unânime entre os entendidos que o modelo foi mal feito. Não vi ninguém falar "isso aqui está ótimo". Mas, no calor da discussão, pensaram "é melhor vender assim mesmo do que não vender". O que é um erro. A empresa foi vendida por R\$ 30 bilhões, e gastaram o dinheiro em 15 dias num processo eleitoral pra comprar voto. Isso me dói a alma porque sei o trabalho que deu para muitas gerações construir essa empresa.

Por que mudar a Lei das Estatais?

Aquela iniciativa foi da Câmara, não partiu do governo de transição. Eu testemunhei o presidente perguntando o que tinha acontecido, porque ele ficou contrariado com a maneira como aconteceu. Chegaram a tentar vincular aquela mudança ao anúncio do (Aloizio) Mercadante como presidente do BNDES, o que é uma falácia, porque ele poderia ser presidente do banco com a velha lei. É uma história que ainda está por ser esclarecida, na minha opinião.

Qual sua impressão da lei?

Ela tem dispositivos muito genéricos e isso não é bom.

O que está por trás da discussão da lei das estatais é o temor de ocupação política das diretorias das empresas.

A maioria dos condenados por corrupção era de carreira das estatais. Eu sei que é importante blindar. Não estou negando que seja importante, mas é muito importante a governança corporativa.

Bolsonaro atropelou a governança da Petrobras inúmeras vezes. Vocês vão respeitar o estatuto da empresa?

Isso que eu me referia. Um compliance bom é uma garantia maior que tudo, porque é o dia a dia da empresa. Então, os critérios são importantes, mas eles não dispensam um bom compliance. Para mim, é mais importante ou tão importante do que os critérios de escolha.

A economia está desacelerando. O que a Fazenda vai fazer para evitar esse ambiente?

A economia foi desorganizada com fins eleitorais. Agora os agentes esperam do próximo governo as sinalizações corretas para saber em que barco nós estamos. A impressão que eu tenho é que nós temos uma oportunidade. Que está desacelerando está. Teve uma pequena mexida nas projeções de crescimento para melhor no ano que vem. O pessoal estava trabalhando com 0,5% e agora está trabalhando com 0,9%. Nós vamos mirar mais de 1%. Isso não significa que não possamos corrigir rumo. Nós vamos tomar medidas e vamos observar a reação.

Há a ideia de que aumentado o gasto público gera aumentado consumo, que gera crescimento, que eleva a arrecadação e resolve o problema do déficit. Você acha que esse é o círculo?

Em que circunstância? Em alguns momentos estímulo fiscal é importante ou não? Neste momento, o mais importante é harmonizar a política fiscal e a monetária para ter uma política econômica consistente. A política fiscal expansionista é sempre errada? Não quando você está numa depressão. Muita gente critica o presidente Lula pela reação à crise de 2008, e eu aplaudo. Naquelas circunstâncias, faria a mesma coisa.

Se a economia errar, todo esse edifício democrático pode ficar comprometido. Há risco de estarmos apenas adiando a morte da democracia?

Tenho total consciência das responsabilidades desse governo com essa agenda. Me sinto bem cercado, pelo presidente Lula, vice-presidente Alckmin no Desenvolvimento, uma equipe econômica que sabe das suas responsabilidades. Mas isso não significa que a gente não possa errar. Nenhum de nós é teimoso.

A **reforma tributária** será a proposta da Câmara ou do Senado?

Os dois projetos têm por base o trabalho que foi feito pelo instituto do qual o Apyy fazia parte. Eu não quero criar uma disputa entre Câmara e Senado. Eu acredito que o dual tenha mais chance. Nós vamos sentar com cada uma das Casas para estabelecer qual é o rito. Há uma chance real de avançar a **reforma tributária**.

Haverá a criação do imposto sobre dividendos?

A partir de abril, vou dar andamento a reformas estruturais, começando por regras fiscais e **reforma tributária**. Que parte da **reforma tributária**? **Impostos** indiretos. Essas perguntas dizem respeito a **impostos** diretos. Não tratarei disso no primeiro momento.

Você falou em subestimação de receita. Será que há mesmo?

Por incrível que pareça, a receita de 2023 está abaixo da receita de 2022. A economia cresceu em 2022. Não vai ter deflação, vai ter menos **inflação**. Tem gente projetando entre R\$ 30 bilhões e R\$ 120 bilhões de subestimação.

A **inflação** diminuiu por várias razões, uma parte por causa dessas desonerações. E o cenário de **inflação**, há o temor de que ela volte a subir?

Diminuiu porque 13,75% de juros é o maior juro real do mundo. Nós estamos com mais de 6% de juro real.

Mas só por causa dos juros ou teve uma interferência nos preços diretamente?

Teve a parte política, política eleitoreira, vamos chamar assim. Teve a parte eleitoreira, que foi arrebrantar com os estados. Nunca se viu, no meio do ano, um presidente fazer (isso). Tomou bilhões dos governadores para fazer populismo. Nem é populismo, isso é elei-toralismo mesmo. Então, ele tem esse efeito, mas tem o efeito da política monetária.

Então a sua previsão é que a **inflação** vai permanecer mais baixa? Não vai voltar a subir?

O que interessa para a inflação é o seguinte: o cenário projetado. A curva de médio prazo da inflação é, na minha opinião, decrescente.

Um cenário benigno, então?

Acredito que sim. Não sei, tem choque externo. Tem sempre que ficar de olho no que está acontecendo no mundo. A inflação no mundo está muito alta.



# Após 3 meses no azul, governo volta a ter déficit primário

**FERNANDA TRISOTTO**  
*fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br* BRASÍLIA

O governo federal registrou um déficit primário de R\$ 14,7 bilhões em novembro, informou ontem o Tesouro Nacional. O resultado do mês foi pior do que a mediana das expectativas na pesquisa Prisma Fiscal, do próprio Ministério da Economia, que indicava insuficiência de R\$ 1,3 bilhão, e quebrou uma sequência de três meses de contas públicas no azul.

O Tesouro Nacional e o Banco Central (BC) fecharam novembro com superávit de R\$ 4,6 bilhões, enquanto a **Previdência Social** apresentou déficit de R\$ 19,2 bilhões. De acordo com o Tesouro, pesou para o resultado a redução nas receitas, como a diminuição de R\$ 8,7 bilhões em recebimento de dividendos e a queda na arrecadação do IPI por causa do corte nas alíquotas.

Essas quedas ainda foram parcialmente compensadas pelo aumento da arrecadação com **tributos** específicos, como o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o IR retido na fonte para rendimentos de capital.

As despesas do governo, em contrapartida, cresceram. O Tesouro destaca mais gastos com o Auxílio Brasil e o aumento do número de beneficiários da Previdência.

**FOLGA GRAÇAS À PEC** No acumulado do ano, contudo, as contas do governo central estão no azul: foi registrado um superávit de R\$ 49,3 bilhões. Nesse caso, Tesouro Nacional e BC registraram contas positivas em R\$ 317,2 bilhões. Por outro lado, a Previdência (RGPS) teve um rombo de R\$ 267,9 bilhões.

A última estimativa oficial do Ministério da Economia, divulgada em relatório extemporâneo publicado este mês, é a de um superávit de R\$ 34,1 bilhões em 2022.

O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, é ainda mais otimista. Para ele, o resultado primário deve chegar perto dos R\$ 50 bilhões de superávit. Esse número mais robusto contempla um aumento de receita, previsto para dezembro, e uma folga nas contas do governo proporcionada pela aprovação da

"PEC da Transição".

O texto previa que ainda em 2022 o governo poderia usar o excesso de arrecadação para abrir espaço no Orçamento para investimentos. Segundo os cálculos do Tesouro, o espaço aberto foi de R\$ 20,1 bilhões, e o governo já publicou portarias autorizando o uso de R\$ 8,1 bilhões desse recurso.

A expectativa é que os R\$ 12 bilhões restantes dessa folga não sejam usados por falta de tempo hábil.

# Reoneração de combustível ajuda, mas mantém necessidade de rever gastos

*Anaís Fernandes e Rodrigo Carro De São Paulo e do Rio*

A volta dos **impostos** federais sobre combustíveis a partir de janeiro deixa o déficit do governo central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) em 2023 mais próximo de 1% do que de 1,5% do **PIB**, apontam economistas, mas não muda a preocupante trajetória da dívida e a necessidade de revisão dos gastos.

O futuro ministro da Fazenda de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Haddad, pediu ao atual ministro, Paulo Guedes, que deixe vencer em 31 de dezembro a desoneração de PIS/Cofins e Cide sobre gasolina, etanol e diesel, determinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na corrida eleitoral.

"Bolsonaro tomou uma decisão política que contraria a lógica econômica", afirma Raul Velloso, especialista em finanças públicas. O esforço fiscal para manter preços dos combustíveis artificialmente baixos, diz, é incompatível com a necessidade de equilibrar o Orçamento, mesmo que sem um teto de gastos, do qual Velloso é crítico.

O retorno dos **impostos** deve devolver aos cofres da União no próximo ano quase R\$ 55 bilhões, estimam economistas. "Não tem como, a essa altura do campeonato, abrir mão de um valor elevado como esse, a não ser que o governo eleito desista da sua política de assistência social", diz Velloso.

Muitos casos já incluíam essas receitas adicionais nas suas projeções.

A Terra Investimentos espera um déficit de R\$ 90 bilhões para o governo central em 2023. O cálculo considera, do lado dos gastos, um aumento das despesas com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e outras iniciativas de expansão fiscal e, do lado das receitas, R\$ 53 bilhões pela volta dos **impostos** federais sobre os combustíveis, além de cerca de R\$ 30 bilhões de outras reonerações que, na visão da Terra, devem acontecer - por exemplo, em **impostos** sobre produtos industrializados e importações.

Ainda assim, o déficit esperado é grande, diz Homero Guizzo, economista da Terra, estimando que a dívida bruta deve sair de 76,5% do **PIB** em 2022 para 82,3%

em 2023.

"Certamente, os números são feios, apenas não tão feios como as estimativas mais sombrias." A XP Investimentos também já esperava um déficit de R\$ 106,9 bilhões (1% do **PIB**) para o governo central em 2023, com a volta dos **tributos**. Sem isso, o déficit iria para R\$ 161 bilhões (1,5% do **PIB**).

Para o setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais), a projeção de déficit de 1,5% do **PIB** da Ryo Asset não contava integralmente com a reoneração de combustíveis. Agora, ela deve ficar perto de 1% do **PIB**.

A consultoria BRCG prevê um déficit no setor público consolidado da ordem de 0,5% do **PIB** em 2023, já incorporando não só a volta dos **impostos** federais, mas também um terço da tributação equivalente de ICMS, explica Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Os recentes cortes nos preços dos combustíveis pela Petrobras tornam o aumento de **impostos** mais fácil, amortecendo parte do impacto, observa o BTG Pactual, que, considerando a reoneração de combustíveis, já projetava déficit de R\$ 123 bilhões (1,2% do **PIB**) para o governo central em 2023.

Haddad disse que pediu para o governo atual se abster de medidas que impactassem a próxima gestão para que pudesse se reunir, em janeiro, com Lula e a nova diretoria da Petrobras para discutir as políticas do setor.

Para Velloso, como são produtos comercializáveis no exterior, os combustíveis deveriam ter como preço de referência o valor real (descontada a **inflação**) da média dos últimos anos convertida em real pela taxa de câmbio média do período. "O importante é saber qual é a tendência de médio prazo e não o preço do dia", diz. A partir dessa referência, o governo tomaria a decisão de política tributária.

Mas, como a composição da consolidação fiscal também importa, é fundamental que medidas pelo lado da despesa sejam adotadas, segundo Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo.

"Corte de gastos entrega menor perda de **PIB** potencial e maior produtividade, enquanto aumento de **impostos** são mais detratores de **PIB**, produtividade e taxa de investimento", afirma.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1&section=1)**

# Lu pi cotado para assumir Previdência

RIO

O presidente do PDT Caídos Lupi decidiu que vai aceitar o convite para comandar o Ministério da Previdência. Inicialmente, houve uma resistência da bancada do partido com a pasta, considerada de menor visibilidade pelos parlamentares.

Carlos Lupi foi sondado pela presidente do PT ao Gleisi Hoffmann há duas semanas e recebeu nova ligação da dirigente do partido nos últimos dias, reforçando o convite.

Após o contato de Gleisi, o presidente eleito Lula (PT) também telefonou para Lupi e ambos combinaram de marcar um encontro para sacramentar o convite. Lupi aguarda contato de Lula ainda hoje. "Estou aguardando a formalização do convite", disse.

Embora a bancada do PDT tivesse restrição a legenda assumir um ministério que não fosse responsável por políticas públicas "na ponta", com contato direto com a população, Lupi tem demonstrado a pessoas próximas que está animado com a pasta.

Nos cálculos de Lupi, as políticas do ministério terão atuação relevante, pois terão reflexo em 35 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), sem contar 1,1 milhão de brasileiros à espera da concessão de algum tipo de benefício da **Previdência Social**.

Na conversa com Lula, Lupi quer entender quais órgãos estarão sob o guarda-chuva do ministério, como Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (DataPrev).

Caso seja confirmado na Previdência, o presidente do PDT será mais um ex-ministro do primeiro mandato de Lula a reassumir uma cadeira na Esplanada.

Lupi foi ministro do Trabalho e Emprego de 2007 a 2011, quando deixou a pasta, já no governo Dilma Rousseff.

## ANÚNCIOS

Com candidato próprio no primeiro turno, Ciro Gomes, o PDT declarou apoio formal a Lula na segunda parte da corrida presidencial.

Desde então, a sigla negocia um ministério com o

governo eleito. A expectativa é de que o anúncio dos ministros restantes, que são 16, seja feita hoje. No total, serão 37 ministérios a partir de 2023.

# Idade mínima passa para 58 anos

Em 2023, as mulheres precisarão ter 58 anos de idade, e os homens, 63 anos, com o mínimo de 30 anos de contribuição para as mulheres e de 35 anos para os homens. Com a reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019, as regras de transição se modificam anualmente. As regras de transição são uma espécie de "meio termo" para os segurados que já estavam contribuindo ao **INSS**, mas que ainda não haviam concluído os requisitos para dar entrada na aposentadoria quando a reforma foi aprovada.

Em regra geral, a reforma instituiu uma idade mínima de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens como critério para obter a aposentadoria.

# Suspensão da prova de vida obrigatória do INSS vai até sábado

**MARIA EDUARDA VOLTA** *maria.guedes@odia.com.br*

A obrigatoriedade da Prova de Vida está suspensa desde fevereiro deste ano, pelo **INSS**. A medida adotada seguirá em vigor até o próximo sábado. A partir de janeiro de 2023, caberá ao próprio órgão verificar se o segurado segue vivo.

"Esse trabalho será feito consultando informações disponíveis em base de dados governamentais, tais como: SUS, Detran, TSE, Receita Feral e do próprio **INSS**", informou o instituto por meio de nota.

Logo, até o início de 2023, não será realizado nenhum procedimento, e o segurado não precisa se preocupar. No entanto, os canais tradicionais para fazer prova de vida seguem ativos.

"Se for da preferência da pessoa, ela ainda pode usar os terminais de autoatendimento dos bancos ou o próprio aplicativo do Meu **INSS**. Mas, destacamos que o segurado não precisa mais sair de casa para fazer o procedimento", lembra o instituto.

Especialista em Direito Previdenciário, Isabela Marques Rego acredita que a suspensão "é interessante aos beneficiários por não suspender o benefício em meio a pandemia, sem que todas as agências bancárias já estejam funcionando normalmente ou com dificuldade de ida para a prova de vida".

No entanto, ela aponta que a decisão pode causar possíveis tentativas de fraudes para que o benefício continue sendo pago mesmo com a morte do segurado. "Com a interligação dos dados de cartórios de registros de pessoas e o **INSS** cada vez mais, essa tentativa de fraude é dificultada", comenta.

Hilzanira Cantanheide, também advogada previdenciária, concorda com a relação com o covid-19: "A decisão é benéfica na medida que evita que o aposentado se exponha, evitando, inclusive, a contaminação por coronavírus". No entanto, ela diz que "a suspensão pode implicar a manutenção e o pagamento indevido de benefícios que deveriam ser cessados".

À época, foi suspenso o bloqueio e suspensão de pagamento por falta da comprovação de vida até o

final deste ano e definido que seriam considerados válidos como comprovação, além da votação nas eleições: acesso ao aplicativo Meu **INSS** com o selo ouro ou outros aplicativos e sistemas dos órgãos e entidades públicas que possuam certificação e controle de acesso, no Brasil ou no exterior; realização de empréstimo consignado, efetuado por reconhecimento biométrico; e atendimentos.

Hilzanira explica que o cálculo da aposentadoria - que contemplava 80% dos maiores salários de julho de 1994 até a data do requerimento - hoje é feito com base de 60% de todos os salários de julho de 1994, mais 2% do que ultrapassar 15 anos, se mulher, e 20 anos se homem.

"A classe mais afetada com as mudanças foi a dos pensionistas. Os pedidos de aposentadorias que já estavam em andamento quando da mudança da lei, não sofreram o impacto da mudança" afirma.

Meios para comprovar que está vivo Para a advogada Hilzanira Cantanheide, a prova de vida não acabou, o que acabou foi a obrigatoriedade de ser feita presencial, a portaria traz outros meios para provar que o aposentado está vivo", explica.

Os atendimentos válidos são os presenciais nas agências do **INSS** ou por reconhecimento biométrico nas entidades ou instituições parceiras; de perícia médica, por telemedicina ou presencial; e no sistema público de saúde ou na rede conveniada, como vacinação; cadastro ou recadastramento nos órgãos de trânsito ou segurança pública; atualizações no CadÚnico, somente quando for efetuada pelo responsável pelo Grupo; votação nas eleições; emissão e renovação de passaporte, CNH, Carteira de Trabalho; alistamento militar, entre outros.

# Provável ministro fala em terra arrasada na Previdência e cobra colaboração do mercado

## **Painel**

Provável ministro da **Previdência Social** do futuro governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) , o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi , diz que as informações preliminares que recebeu da pasta mostram um cenário de "terra arrasada", com filas enormes de pedidos de benefícios, falta de funcionários e poucos recursos.

Diante disso, diz que, caso seja de fato escolhido pelo petista, trabalhará para aumentar o investimento na informatização e na recomposição de quadros da pasta.

Sobre a pressão por cortes e reformas na Previdência que é constante por parte de setores do mercado, o pedetista diz considerar a última que foi promulgada por Jair Bolsonaro (PL) , em 2019, uma antirreforma, e que o setor privado também precisa colaborar.

Lupi foi ministro do Trabalho entre 2007 e 2011 e, por isso, tem familiaridade com a área.

Entre aposentados, pensionistas, beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e afastados por questões de saúde, aproximadamente 35 milhões de brasileiros são atendidos pela **Previdência Social**, diz o pedetista. Segundo ele, a fila oficial de brasileiros à espera da concessão de algum tipo de benefício da Previdência soma 1,3 milhão de pessoas, mas a extraoficial supera 4 milhões.

"Se eu for nomeado, pretendo tentar diminuir drasticamente a fila e agilizar os direitos dos trabalhadores. Quem construiu o Brasil de hoje não pode ser colocado em segundo plano", afirma Lupi ao Painel.

"Vamos precisar de recursos para atualizar todo o sistema de informação. A cada dia você tem evolução nessa parte. Temos que cada vez mais trabalhar na informatização, em um sistema integrado com Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Hoje qualquer cidadão consegue fazer tudo pelo telefone, por que não fazer tudo no [aplicativo] Meu **INSS**? Algo que otimize. Para os mais idosos, podemos pedir para que netos e filhos ajudem. Transparência e informatização são prioridades", afirma o presidente do PDT.

O provável ministro diz que conseguir injetar mais recursos na Previdência, agilizando o atendimento e reduzindo as filas, também é um meio de aquecer a economia. Ele cita mais uma cifra: 60% dos municípios pequenos e médios são sustentados por dinheiro de aposentados e pensionistas -"o dinheiro circula".

Para Lupi, a demanda de setores privados para enxugamento da Previdência se sustenta em uma visão equivocada de que aposentados e pensionistas são fardos econômico-financeiros.

"Na verdade, foram eles construíram o próprio Estado. Nesse discurso, nunca calculam a média dos ganhos dessas pessoas. Cerca de 70% deles recebem até três salários mínimos. Quase 50%, apenas um salário mínimo. O rendimento é muito baixo. Sabemos que eles recebem muito menos do que deveriam e mereciam. Mas não adianta falar agora que o Estado vai fazer alguma coisa e depois não ter condição de pagar", afirma.

Lupi diz que deseja debater com setores do mercado nos quais se originam e se disseminam essas demandas reformistas a possibilidade de mudanças que possam beneficiar aposentados e pensionistas.

"O mercado tem que colaborar com isso. Por exemplo, diminuindo a taxa de juros do crédito consignado. Quero discutir essas taxas. Hoje a taxa de juros do Banco Central é de 13%, 13,5% ao ano. O consignado paga por mês mais de 2% de juros no consignado. Qual a colaboração que [esses setores do mercado] vão dar para diminuir o sofrimento dessas pessoas?", conclui.

## **Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/12/provavel-ministro-fala-em-terra-arrasada-na-previdencia-e-cobra-colaboracao-do-mercado.shtml>

# Pressão do PT veta indicação do União Brasil

*Por Andrea Jubé, Matheus Schuch João Valadares,  
Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet - De Brasília*

29/12/2022 05h01 Atualizado há 2 horas

Elmar: deputado e aliado de Arthur Lira fez, de acordo com petistas, uma das campanhas mais agressivas contra Lula na Bahia, o que teria levado ao veto - Foto: Daniel Marenco/Agência O Globo

A três dias da posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda administrava conflitos com os futuros aliados na intrincada formação do ministério. De última hora, sob pressão da cúpula do PT da Bahia, Lula vetou a indicação do líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), um dos principais aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Em contrapartida, Lula desatou os nós do MDB, PSD e PDT e avançou nas negociações com o União Brasil. Apesar dessas reviravoltas, está confirmada a solenidade de apresentação do lote final de 16 ministros, bem como dos presidentes da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras para 11 horas desta quinta-feira (29).

Até o início da semana, estavam avançadas as conversas para que Elmar assumisse o Ministério do Desenvolvimento Regional, representando um grupo de 150 deputados ligados a Lira. Mas nos últimos dias, a cúpula do PT da Bahia, aliada a outros caciques do PT do Nordeste, pressionaram pelo veto a Elmar porque ele fez uma das campanhas mais agressivas contra Lula no Estado. Circulam nas redes sociais vídeos em que Elmar chama Lula de "ladrão". O veto a Elmar, entretanto, coloca em terreno sensível a relação de Lula com Arthur Lira, que caminha para ser reeleito por mais dois anos na direção da Casa.

Em contrapartida, está avançada a negociação para indicar o deputado Paulo Azi, também do União Brasil da Bahia, para o Ministério das Comunicações. O argumento de fontes do PT é de que Azi também faz oposição a Lula e ao PT no Estado, mas seria uma oposição "civilizada". Outro problema é que Elmar é adversário ferrenho do presidente da Assembleia, Adolfo Menezes (PSD), aliado do PT, e esse problema não existe em relação a Azi. No entanto, até o fechamento desta edição, não havia sinalização positiva de que Azi teria demonstrado interesse no

espaço.

A oferta do Ministério das Comunicações implicou um movimento radical contra os interesses do PT. Até o começo da tarde dessa quarta-feira (28), a pasta das Comunicações estava destinada ao deputado Paulo Teixeira (SP), secretário-geral do PT. Diante da necessidade de ceder o espaço aos aliados, Lula decidiu que Teixeira vai assumir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa decisão, por sua vez, contrariou o diretório do PT do Rio Grande do Sul, que queria emplacar o deputado estadual Edegar Pretto, derrotado na disputa ao governo do Estado, no comando da pasta.

Mais dois ministérios estão sendo negociados com o União Brasil, que terá 59 deputados e 9 senadores, configurando-se como uma das maiores forças do Congresso. O deputado Juscelino Filho, do Maranhão, é cotado para assumir o Ministério do Turismo. Em paralelo, o senador Davi Alcolumbre (AP), líder do partido no Senado, quer emplacar seu principal aliado, o ex-governador do Amapá Waldez de Góes, no Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Mas Waldez de Góes é do PDT. A senadora eleita Professora Dorinha, do União Brasil do Tocantins, teria recusado a oferta para ser titular da pasta.

O diálogo com o União Brasil tem sido o mais complexo, porque a ala do partido egressa do DEM faz oposição histórica ao PT e ainda resiste a fazer parte do governo. De outro lado, Lula resolveu os impasses com MDB, PSD e PDT. Como o Valor havia antecipado, a bancada do MDB da Câmara indicou o empresário e presidente do MDB do Pará, Jader Filho, para o comando do Ministério das Cidades. Ele é irmão do governador reeleito do Pará, Helder Barbalho (MDB), que se projetou como um dos maiores aliados de Lula no partido. Além disso, o Pará elegeu 9 dos 42 deputados emedebistas.

Em paralelo, também como o Valor já havia publicado, foi confirmada a escolha do senador eleito Renan Filho (MDB-AL) para o Ministério dos Transportes, representando a bancada de senadores da legenda. Renan Filho havia sido cotado para o Planejamento, mas a pasta acabou cedida à senadora Simone Tebet (MDB-MS), terceira colocada na disputa presidencial.

Por fim, Lula solucionou a questão do espaço do PSD,



que assim como o MDB, ficará com três ministérios. A novidade nessa quarta-feira foi a indicação do ex-líder do PSD na Câmara e candidato derrotado ao Senado em Pernambuco André de Paula para o Ministério da Pesca e Aquicultura. O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) também foi cotado para o primeiro escalão, mas prevaleceu a opção pelo ex-líder da bancada, um nome mais ligado ao presidente da sigla, Gilberto Kassab.

Os outros ministérios reservados para o PSD foram mantidos. O senador Carlos Fávaro (PSD-MT) será confirmado no Ministério da Agricultura e Pecuária, enquanto o senador não reeleito Alexandre Silveira (PSD-MG) assumirá o Ministério de Minas e Energia. A escolha de Silveira contempla o grupo político do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que terá o apoio de Lula e do PT para ser reconduzido a um novo mandato na direção da Casa.

Por último, Lula acertou o espaço do PDT, partido do presidenciável Ciro Gomes, que protagonizou algumas das declarações mais duras contra o petista durante a campanha eleitoral. Mesmo assim, ficou definido que o presidente da legenda, Carlos Lupi, vai assumir o Ministério da **Previdência Social**.

Inicialmente, o PDT havia recusado este espaço, mas voltou atrás e aceitou o convite. Nas primeiras conversas com Lula, Lupi argumentou que o partido pretendia ocupar outro ministério, que permitisse viabilizar políticas públicas. Com a dificuldade do petista em achar outro espaço, o presidente do PDT decidiu nessa quarta-feira que aceitará o posto. Pesou na decisão, segundo interlocutores que acompanharam as discussões, os desafios para recompor a eficiência do **INSS**, que acumula pedidos de aposentadoria e auxílio-doença e sofre com déficit de servidores.

**Site:**

***<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/12/29/pressao-do-pt-veta-indicacao-do-uniao-brasil.ghtml>***

# Onda de reajustes salariais começa pela elite do Estado (Editorial)

Governos e Legislativos voltaram a agir como se as restrições financeiras tivessem acabado. Represados nos últimos dois anos, os reajustes salariais voltaram em grande escala. A reposição plena da **inflação** passada parece ter se tornado mais um direito de quem trabalha para o Estado, ao lado da estabilidade no emprego (ainda vigente para 10 milhões de 11,5 milhões de funcionários em todo o país). No mesmo país, os salários dos 40% trabalhadores mais pobres da iniciativa privada só agora se igualaram aos já baixos que vigiam antes da pandemia e até há pouco as correções salariais por índice abaixo da **inflação** predominavam.

No Executivo federal a fila foi puxada pela aprovação de reajuste de 28%, divididos em três anos, para os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, cujos vencimentos são também o teto salarial da União. Com isso, ao fim, os vencimentos dos ministros e o teto serão elevados para R\$ 46,36 mil reais. Foram aprovadas correções da mesma magnitude para a Procuradoria Geral da República para a Defensoria Pública. A lista de beneficiários, no entanto, é bem maior, e inclui os estipêndios de juizes federais e membros de outros tribunais superiores, vinculados a uma fração do que é percebida pelos ministros do Supremo.

Outra fila foi puxada pelo Legislativo federal, que aprovou reajuste para deputados, senadores, ministros de Estados e presidente da República de 37,3%, praticamente em três parcelas, com 16,33% aplicados imediatamente, mais 6% em abril do ano que vem e mais duas parcelas em fevereiro de 2024 e 2025. Aqui também o exemplo da União se dissemina por Estados e municípios - a remuneração de deputados estaduais cuja remuneração guarda relação com os vencimentos dos deputados federais.

Os governadores não poderiam ficar de fora e a Assembleia Legislativa de São Paulo, com apoio do governador bolsonarista eleito, Tarcísio de Freitas, e da bancada petista, reajustou o salário de governador, secretários de Estado e cargos comissionados em 50%, elevando o teto do Estado para R\$ 34 mil. O secretário da Fazenda, Felipe Salto, defendeu o reajuste argumentando que a folha de pagamentos paulista corresponde a 37,6% da receita corrente líquida do Estado, bem distante do limite de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelo menos 12 Estados aprovaram correções salariais para o funcionalismo e todos os demais encaminharam propostas com a mesma finalidade às Assembléias. Ao mesmo tempo, muitos deles passaram a elevar o ICMS de vários produtos, aumentando a mediana da alíquota que serviu de limite para bens essenciais, como telecomunicações, energia e gasolina. O motivo é obter compensação pela redução do imposto patrocinada pelo presidente Bolsonaro com apoio do Congresso.

Haverá mais pressão por ajustes, porque ainda não foi definida a correção dos salários dos **servidores públicos** (exceto, até agora, os do Legislativo, que terão 18,13% em três parcelas). Até sair das mãos do ministério da Economia, o orçamento de 2023 reservara para esse fim verbas que corresponderiam a um ajuste de 8% para eles. Como a PEC da transição liberou muito mais dinheiro do que o que será gastos com o pagamento do Auxílio Brasil e com o adicional de R\$ 150 para famílias com crianças menores de 6 anos, é possível que parte dos recursos extras sejam igualmente consumidos pela folha de pagamento do funcionalismo.

Com um número de funcionários menor que o da média dos países da OCDE, o Brasil gasta com salários mais do que a mesma média, o que reflete privilégios em penca da elite do funcionalismo. A reposição integral da **inflação** é um direito não escrito que os separa ainda mais dos trabalhadores da iniciativa privada. Nos últimos 12 meses findos em novembro, segundo o Salariômetro da Fipe, 41,9% dos acordos e dissídios estipularam reajustes abaixo da **inflação** (INPC). Só 31,4% a repuseram integralmente.

A forma correta de corrigir o cipoal de distorções no setor público é uma profunda reforma administrativa. Ela foi praticamente sepultada por Bolsonaro, cujo desinteresse sobre esse assunto, e muitos outros, foi notório, e o governo petista que será empossado no primeiro dia de 2023 não demonstra interesse nela-se algo se falou sobre isso no diagnóstico feito pelos grupos de transição, foi inaudível. No geral, o PT, defende a manutenção dos benefícios que as elites dos servidores têm e os demais trabalhadores, não.

# Subsídios entram na mira de Haddad

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua equipe pretendem apresentar um novo arcabouço fiscal em dobradinha com um programa de avaliação e revisão de políticas públicas, entre elas renúncias, subsídios e incentivos fiscais. Haddad defende que o novo regime tenha uma regra efetiva de controle de gastos, e não se concentre exclusivamente no controle do resultado primário para a volta de superávits nas contas públicas. O resultado primário é decorrente da diferença entre receitas e despesas do governo, sem contar os gastos com o pagamento dos juros da dívida.

O Estadão apurou que a proposta é trabalhar em conjunto com Simone Tebet, futura ministra do Planejamento, no programa de revisão de gastos, chamado pelos economistas pelo termo em inglês "spending review".

Por trás dessa estratégia, está a sinalização dada na terça-feira passada por Haddad, em entrevista no Centro Cultural Banco do Brasil, de que irá apresentar um plano de ajuste fiscal para cobrir o rombo aberto em 2022 nas contas públicas.

Haddad pretende ter um arcabouço fiscal que tenha uma regra que avalie não só quantitativamente o gasto, mas também a sua qualidade, para identificar se as políticas públicas atuais estão dando os resultados esperados ou se é melhor revisá-las e direcionar os recursos para financiar outras despesas.

Como mostrou o Estadão, esse plano passa por uma revisão das projeções de receitas de 2023, que, segundo técnicos do atual governo, estariam subestimadas em cerca de R\$ 36 bilhões.

Haddad quer apresentar o plano de ajuste fiscal nos primeiros dias de janeiro. "Tivemos um cenário do meio do ano para cá muito preocupante, que tem de ser enfrentado", reforçou o ministro. Ele já acenou que vai antecipar a apresentação do projeto de arcabouço fiscal, com o compromisso de consultar vários economistas sobre o modelo antes de enviá-lo ao Congresso. A ideia é conseguir com a nova regra, que substituirá o teto de gastos, previsibilidade para a trajetória de despesas em relação ao **PIB** e qualidade da avaliação periódica das políticas públicas.

Em muitos casos, disse um integrante do governo de transição, não dá para pensar em separado da

reforma tributária que será apresentada pelo novo governo. A divulgação pelo Estadão da intenção de Haddad de atrelar a nova regra à revisão de gastos foi bem recebida pelo mercado financeiro.

**COMBUSTÍVEIS.** Um dos primeiros testes será a definição sobre o fim da desoneração dos **impostos** federais incidentes sobre combustíveis. Há consenso na equipe de Haddad de que não faria sentido continuar subsidiando o preço dos combustíveis fósseis.

A questão em discussão é a velocidade de desmonte desses subsídios criados por Bolsonaro.

A decisão vai levar em conta o preço do petróleo no mercado internacional e o câmbio.

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva descartou a proposta do governo atual de prorrogar por mais um mês a desoneração, que termina oficialmente neste sábado.

Modelo Intenção é avaliar resultado dos atuais programas para orientar corte de despesas

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A "intocável" Zona Franca de Manaus - CELSO MING

## **CELSO MING**

Ao longo da campanha eleitoral, o presidente eleito Lula garantiu que a Zona Franca de Manaus (ZFM) "será intocável" em seu governo. O simples fato de usar o termo "intocável" mostra que há problemas que exigem mudança de política - se é para assegurar-lhe um mínimo de eficácia.

O polo industrial foi criado em 1967. Até agora, 55 anos depois, não apenas fracassou no objetivo de contribuir para o desenvolvimento da região, como criou enormes distorções, que começam com o fato de que instalou uma indústria artificial, cujo produto apresenta baixo valor agregado, numa área de precaríssimas condições logísticas.

Conta com 470 empresas que empregam atualmente, em média, 92 mil trabalhadores efetivos, como informam os últimos números da Suframa. Em 2021, faturou R\$ 162 bilhões (veja o gráfico), importou cerca de 68% dos insumos, mas não exportou mais do que 2% da produção.

Como aponta estudo dos economistas Amanda Schutze, Rhayana Holz e Juliano Assunção, da PUC-Rio, as indústrias usufruem das benesses fiscais, mas não promovem renda para a região. Pagam baixos salários: cerca de 4% a 5% do faturamento, ante 11% do faturamento das indústrias do resto do País.

São dois os principais fatores que comprometem o futuro da Zona Franca. O primeiro deles é a iminência de uma **reforma tributária** que prevê a criação de um imposto sobre valor agregado (IVA) a ser cobrado no destino.

Como sua produção se volta para o mercado interno, os atuais subsídios baseados em **impostos** que seriam cobrados na origem deixam de fazer sentido.

O tributarista Bernard Appy, principal formulador do projeto de **reforma tributária** com mais chances de aprovação, entende que os subsídios à ZFM devam ser previstos em Orçamento e pagos em cada exercício - solução não apreciada pelos políticos da região porque não querem depender da execução orçamentária da União.

O outro fator que conspira contra o futuro da Zona

Franca é a necessidade que o País tem de fechar acordos comerciais cujo resultado será a redução dos **impostos** de importação de industrializados, o que tirará competitividade do seu produto.

A questão mais relevante é a de que a Zona Franca só faria sentido se inserida na economia da Floresta Amazônica, área que está cada vez mais sob escrutínio internacional. No entanto, todos os fóruns e estudos sobre o futuro da Amazônia falam de biodiversidade e de preservação da floresta, mas ignoram estratégias de desenvolvimento. Não são capazes sequer de propor projetos de turismo, de pesca sustentável, de produção de energia limpa, e muito menos de renovar a Zona Franca e de criar uma indústria competitiva.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Novo governo analisa clima para reformas

Levantamentos nas novas composições de poder vêm mostrando que o novo governo Lula deve encontrar um ambiente favorável à **reforma tributária** no Congresso, com disposição de partidos de centro e centro-direita a se juntarem à base governista na aprovação das mudanças. O mesmo não se pode dizer sobre alterações na legislação trabalhista aprovada durante o governo de Michel **Temer** (MDB), em 2017.

# Política fiscal, juros elevados e desaceleração global: os desafios econômicos de Lula em 2023 (Retrospectiva 2022)

Por **Isabela Bolzani**, g1

Ano novo, presidente novo, problemas velhos: o próximo governo vai herdar uma economia com uma série de desafios para enfrentar. Na lista, juros em alta, **inflação** ainda elevada, orçamento engessado, e a desaceleração econômica global.

Além de estimular a economia doméstica e de refazer as bases da política fiscal, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e sua equipe também precisarão avançar com as reformas econômicas, segundo economistas ouvidos pelo g1.

LEIA TAMBÉM:

PEC da Transição: veja principais pontos da proposta aprovada pela CCJEconomista Bernard Appy será secretário especial para a **reforma tributária**, anuncia Haddad

Veja abaixo quais devem ser os principais desafios econômicos de Lula no próximo ano:

OrçamentoResponsabilidade fiscalReforma tributáriaInflação e câmbioJurosDesaceleração globalCrescimento econômicoEducação e mercado de trabalho

Orçamento

O primeiro desafio já começou antes mesmo da posse: a necessidade de refazer o orçamento para bancar as despesas do próximo ano.

Parte desse custo já está sendo endereçado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição - que, entre outros pontos, busca garantir o pagamento do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) de R\$ 600 no ano que vem, com o adicional de R\$ 150 por criança até seis anos, e recompor o orçamento de diversos setores.

Responsabilidade fiscal

Segundo o sócio da Tendências Consultoria Silvio Campos Neto, apesar de a postura fiscal mais expansionista do governo não ser novidade, as incertezas que ainda existem sobre de onde devem vir os recursos necessários para viabilizar não só essas, mas todas as demais propostas feitas por Lula durante a campanha eleitoral, ainda trazem cautela.

"O Brasil já tem um fiscal delicado e, nos próximos anos, isso ainda deve se somar a um cenário econômico difícil. É preciso cuidado porque essa perspectiva mais gastadora pode acabar virando uma arma contra o próprio governo, já que pode piorar a dinâmica da dívida [pública] e a percepção de risco do país, consequentemente pressionando o câmbio e mantendo os juros elevados", afirma Neto.

Assim, o próximo governo terá que balancear a expansão de gastos com demonstrações de responsabilidade fiscal, para garantir a estabilidade e a confiança na economia brasileira.

**Reforma tributária**

Ainda de acordo com os economistas, a demanda crescente por gastos por parte do governo também aumenta a necessidade de melhorar a arrecadação federal - que normalmente vem por aumento de **impostos** para a população.

Recentemente, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou o nome do tributarista Bernard Appy para secretário especial da **reforma tributária** pretendida pelo novo governo, e afirmou que essas mudanças poderão caminhar junto das discussões sobre o novo arcabouço fiscal no ano que vem.

Appy, vale lembrar, é o autor do estudo em que se baseia a PEC 45, apresentada em 2019 pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP). O texto abrange cinco **tributos** que seriam transformados em um único, que incidiria sobre o consumo e seria cobrado no destino.

## Inflação e câmbio

A perspectiva de que um aumento excessivo de gastos pode minar a confiança do mercado na capacidade de pagamento do governo também acaba respingando em outros fatores, e resultar em mais alta do dólar e mais inflação.

Com isso, controlar esse cenário - que já tem sido uma realidade no país nos últimos anos por conta da pandemia de Covid-19 - será um dos principais desafios de Lula não só em 2023, mas nos próximos anos.

## Juros

Segundo o chefe do centro de estudos monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e ex-diretor do Banco Central, José Julio Senna, o governo eleito precisará elaborar políticas públicas para evitar que o BC mantenha elevada a taxa básica de juros, hoje em 13,75% (juros mais altos encarecem o crédito, esfriam a economia e tendem a levar à queda de preços).

"Especialmente em uma economia como a nossa, é indispensável que haja uma bela ajuda do governo federal para o combate à inflação. Tanto o Banco Central quanto a administração do Tesouro Nacional precisam remar na mesma direção, porque caso contrário o resultado é juros mais altos e uma inibição enorme para o processo de crescimento econômico", diz Senna.

## Desaceleração global

Os impactos desse cenário não estão limitados ao quadro doméstico: lá fora, a inflação também faz os juros subirem e desacelera o crescimento global - que também refletem na atividade brasileira. A preocupação com o cenário internacional foi unanimidade entre os economistas ouvidos pelo g1.

Isso porque os aumentos de preços nos combustíveis e alimentos - reflexos da guerra na Ucrânia - também podem acabar pressionando ainda mais a inflação por aqui.

De acordo com o economista-chefe do C6 Bank, Felipe Salles, esse cenário de juros e inflação elevados no exterior tem um efeito negativo na atividade e deve fazer com que o mundo cresça menos em 2023. Em outubro, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) cortou a estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) mundial de 3,2% para 2,7%.

"O cenário global é bastante desafiador. O mundo passa por um período de inflação elevada, de aumento de juros e temos visto os efeitos disso. Já vemos a atividade norte-americana começar a desacelerar e, na Europa, o caso ainda é agravado pela crise de energia", afirma Salles.

O economista também cita possíveis impactos vindos da China, que ainda luta contra o aumento no número de casos de Covid-19 e tenta melhorar sua atividade, minada pelas últimas restrições de locomoção.

"Cada bloco tem seus problemas específicos, mas de maneira geral a indicação é de desaceleração no exterior no ano que vem. E como o Brasil não está isolado do resto do mundo, isso também deve se refletir em crescimento baixo por aqui", completa Salles.

## Crescimento econômico

Diante de todo o cenário desafiador que o Brasil e o mundo devem enfrentar no próximo ano, a última lição de casa que fica para o governo eleito é a de retomar o crescimento econômico do país.

Segundo o último relatório Focus do Banco Central, os economistas projetam um crescimento de 0,75% do PIB em 2023 - um leve aumento em relação às projeções vistas um mês atrás (0,70%), mas ainda uma forte desaceleração em comparação ao previsto para este ano, de 3,05%.

Para a professora e coordenadora de economia do Insper, Juliana Inhasz, Lula começará o próximo ano com uma economia muito diferente daquela que havia em 2003, durante o seu primeiro mandato - o que indica que o trabalho para conseguir alcançar a retomada econômica deve ser ainda maior.

"Naquela época, havia um processo de estabilização da inflação, com uma sociedade que tinha uma demanda reprimida muito grande e um setor externo ávido por Brasil. Agora, ele pega uma sociedade endividada, com um crescente mercado de trabalho informal e com demandas sociais gigantescas em meio a um dinheiro que está cada vez mais curto e descontado. Não é um cenário fácil", diz a especialista.

## Educação e mercado de trabalho

De acordo com os economistas, parte desse processo de recuperação passa também pela retomada dos investimentos em educação e pela melhora do mercado de trabalho. Para Senna, do Ibre/FGV, esses pontos precisam, inclusive, entrar nos debates de assistência social que já começam a acontecer.

"A preocupação com a assistência social em um país tão desigual quanto o nosso, é perene. Mas precisamos pensar em alternativas de maneira que consigamos libertar as famílias desse tipo de apoio, dando condições de sobrevivência e posteridade", diz o economista.

"Para isso, precisamos recuperar os investimentos em educação e formação de mão de obra, além de pensar em reformas econômicas relevantes e que sejam capazes de turbinar nossa produtividade. Isso é fundamental para que as pessoas encontrem no mercado de trabalho condições para viver e prosperar adequadamente, e não apenas sobreviver", completa.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/retrospectiva/2022/noticia/2022/12/29/desafios-economicos-em-2023.ghtml>**



# Os três obstáculos da largada - BRASÍLIA - DF

**DENISE ROTHENBURG**

A demora do presidente eleito em montar a equipe do governo Lula 3 deixa pelo menos três pontos pendentes para ajeitar até fevereiro. Primeiro, a amplitude da base e resistências do PT a nomes de alguns partidos. Em segundo, a aposta dos agentes econômicos de que a **inflação** deve subir por causa da decisão do futuro governo de não prorrogar a isenção de **impostos** sobre os combustíveis. Afinal, na cabeça do povo e do "Seu José da Quitanda", vale a máxima: quando a gasolina sobe, sobe tudo.

E ainda há um terceiro ponto: a desconfiança mútua entre Lula e o Centro/Centrão. O presidente eleito terá que dissipar a suspeita de que deu um empurrãozinho na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - de acabar com as emendas de relator, o chamado orçamento secreto. Até aqui, há mais desafios do que motivos para relaxamento no dia da posse. Aliás, relaxar mesmo, só o "Lula Palooza" idealizado por Janja.

MDB apoiará, mas...

A opção de Lula por Renan Filho e Jader Filho para ministros de Lula deixou uma parcela expressiva dos emedebistas se sentindo como o "patinho feio". Ainda que o Pará tenha eleito nove deputados dos 66 deputados emedebistas, soou com a volta da "velha política" dos caciques partidários.

...tem problemas

Além das parcelas do próprio MDB, Lula corre o risco de não ter todos os votos, caso aceite o pedido do PT para que não dê porteira fechada aos aliados. A guerra, a partir de agora, será em torno dos cargos nos estados.

Ele tem a força

A resistência do PT em aceitar Elmar Nascimento (BA) como ministro com a grife União Brasil arrisca jogar a maioria dos deputados do partido na oposição. Quem conhece a fundo a agremiação avisa que Luciano Bivar não controla a bancada de 59 deputados.

Na ponta do lápis

Este ano, Luciano Bivar tentou correr uma lista para tirar Elmar da liderança do União Brasil. Não conseguiu sequer 20 assinaturas.

CURTIDAS

O clima do momento/ Lula chega hoje à situação em que todos os partidos que o apoiaram em outubro se acham "o ponto percentual" que garantiu a vitória no segundo turno. O Solidariedade, de Paulinho da Força (foto), é um deles. Até agora, não tem um ministério.

Virou chacota/ Nos bastidores dos partidos quase aliados, a tal frente ampla que Lula prometeu na campanha vem sendo chamada de "Frente Ampla do PT", onde todas as tendências foram contempladas.

Esqueceram deles.../ A virada do ano está logo ali e nada ainda de Ministério para o PT de Minas Gerais. Ali, está com jeitão de "santo de casa não faz milagre".

...e ajudaram os outros/ Até aqui, de políticos raiz no ministério Lula 3, Minas terá o senador Alexandre Silveira, que deve ser confirmado na pasta de Minas e Energia. É o nome defendido por Rodrigo Pacheco (PSD), presidente do Senado e candidato a mais dois anos no comando da Casa.

Gente para demonstrar força/ Os petistas não vão desistir do show, todo concebido pela futura primeira-dama Janja. A ordem é reunir uma multidão capaz de mostrar que o PT não perdeu apoio nas ruas. Aliás, dado às nuvens escuras no horizonte, o PT vai precisar de apoio popular para ajudar a criar um ambiente menos tenso.

# Ano novo começa com alta da gasolina

**Michelle Portela**

O preço da gasolina pode sofrer, em janeiro, aumento de, pelo menos, R\$ 0,69 por litro em todo o país, caso não seja prorrogada a isenção de **impostos** federais sobre os combustíveis, que termina no dia 31 de dezembro. A estimativa é do presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Distrito Federal (SindCombustíveis), Paulo Tavares. Já o litro do diesel, segundo ele, sofrerá alta de R\$ 0,33.

A retomada dos **tributos** terá impacto imediato na **inflação** e será sentido no bolso do consumidor nos primeiros dias do ano e do novo governo. "Mantida a isenção, o IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) deveria ficar em a 0,4% em janeiro. Contudo, o retorno da cobrança elevará o índice para 1%", explicou o economista André Braz, coordenador de Índices de Preços da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Em abril deste ano, o governo suspendeu a incidência do PIS/Cofins e da Contribuição sobre Domínio Econômico (Cide) sobre gasolina, óleo diesel, etanol e gás de cozinha, com o objetivo de amenizar o impacto da alta das cotações internacional dos combustíveis nos preços internos - medida adotada também com um olho na campanha para a reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL). Nas últimas semanas, havia a expectativa de que a isenção fosse prorrogada, mas, na terça-feira passada, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, solicitou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que não tomasse nenhuma providência nesse sentido.

Ontem, Haddad voltou a confirmar a solicitação. "A gente pediu para o governo atual se abster de tomar medidas que impactassem o próximo governo, para que a gente possa, em janeiro, com a nova diretoria da Petrobrás e o presidente Lula, definir a política para o setor", disse o futuro ministro.

A perda de receita provocada pela isenção dos combustíveis é uma das preocupações do futuro governo. De acordo com dados do Ministério da Economia, a manutenção do corte de **impostos** federais impactaria os cofres da União em R\$ 52,9 bilhões em 2023.

Questionado pelo Correio, Haddad não adiantou qual pode ser a nova política de preços para a gasolina e os demais combustíveis. Ele salientou que esses anúncios ficarão para janeiro: "Você está perguntando em dezembro o que esperar para janeiro, já estaria

antecipando se eu te responder. Você espere para janeiro o que for anunciado em janeiro", disse.

## Críticas

Integrantes do atual governo criticaram a postura de Haddad. Por meio de redes sociais, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, comentou a expectativa de reajuste dos combustíveis e destacou que a decisão pelo aumento já corresponde à autonomia do novo governo. "O que isso quer dizer: o Lula, governo do PT, optou para que no dia 1º de janeiro, o preço da gasolina, do diesel e do etanol aumentem. A gasolina tem o potencial de aumentar R\$ 0,69; o diesel, R\$ 0,33; e o etanol, R\$ 0,24 logo de cara", postou.

Para Leonardo Ribeiro, analista do Senado Federal, especialista em contas públicas, a melhor opção para o governo seria adotar a política de mercado, mas com cautela. "Tecnicamente, a melhor opção é deixar o preço oscilar conforme o mercado. Mas politicamente isso pode não funcionar. Nesse caso, faria mais sentido bancar um subsídio fiscal focalizado em quem mais precisa do que interferir diretamente no preço via Petrobras", explicou.

Com isso, o esperado é que a **inflação** seja mais percebida pelo consumidor com menor poder aquisitivo. "A elevação do preço do combustível afeta a renda disponível das pessoas. Mas o subsídio, se for o caso, deveria ser focalizado em quem ganha menos. Melhor do que prorrogar um benefício tributário fiscal regressivo, que favorece os mais ricos", disse Ribeiro.

## ICMS

Além dos **impostos** federais, o preço dos combustíveis pode ser impactado, no próximo ano, pelo ICMS. A incidência desse tributo, cobrado pelos estados, foi limitada a 17% ou 18%, conforme o caso, por meio de leis complementares, o que resultou em queda dos valores cobrados ao consumidor. Diante da perda de receita, porém, os governadores recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma comissão especial criada pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, fechou os termos de um acordo entre estados, municípios e União. Entre os pontos acertados está a manutenção da essencialidade do diesel, do gás natural e do gás de cozinha (GLP). Com isso, a taxa de desses itens não pode ser superior à alíquota geral do tributo. Não houve consenso sobre a

essencialidade da gasolina, questão que continuara sendo discutida no ano que vem.

Entretanto, nove estados já aumentaram p tributo. O governo do Distrito Federal informou que não irá elevar a alíquota, que continuará em 18%. O governador Ibaneis Rocha (MDB) decidiu não enviar projeto de lei para a Câmara para ter autorização de aumento. No entanto, há mudança de cálculo no imposto, que poderá ter impacto de R\$ 0,26 no diesel vendido no DF. (Colaborou Henrique Lessa)

Mantida a isenção, o IPCA deveria ficar em a 0,4% em janeiro. Contudo, o retorno da cobrança elevará o índice para 1%" Andre Braz, coordenador de Índices de Preços da FGV

R\$ 52,9 bilhões Estimativa de perda de receita da União, em 2023, se a isenção de **tributos** federais sobre combustíveis for mantida

# Gasolina pode subir até 14% com impostos federais e ICMS maior

**Nicola Pamplona**

RIO DE JANEIRO

Sem definição pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a prorrogação da isenção federal sobre os combustíveis e com o descongelamento do ICMS, um imposto estadual, o preço da gasolina no país deve subir, em média, 14,1% a partir do início do ano.

A conta é do consultor Dietmar Schupp, especializado em tributação de combustíveis, que estima ainda alta média de 8% no preço do diesel e de 6,5% no preço do etanol hidratado.

Os aumentos refletem a volta da cobrança de PIS/Cofins e Cide a partir de primeiro de janeiro e aumentos nos preços usados pelos estados para calcular o ICMS (um imposto estadual) sobre os produtos, que estava congelado desde 2021.

Em meio ao debate sobre os **impostos** federais, 18 estados decidiram aumentar o preço de referência da gasolina comum. No caso do diesel S-10, 24 estados e o Distrito Federal vão elevar o valor. O preço para o cálculo do imposto sobre o gás de cozinha subirá em 19 estados e no Distrito Federal.

Para o ICMS, o maior impacto será sentido pelos consumidores de diesel. Segundo Schupp, a elevação do preço de referência resultará em alta média de R\$ 0,16 por litro no preço do diesel S-10. Isto é, mesmo que Lula decida prorrogar a desoneração federal, o consumidor sentirá no bolso.

O ICMS tem menor impacto sobre a gasolina, mas prejudica também os consumidores de gás de cozinha em alguns estados. Fontes do setor estimam que o impacto pode chegar a R\$ 5,86 por botijão em Santa Catarina e R\$ 5,01 no Distrito Federal.

PUBLICIDADE

Foram os estados com maior aumento no valor do ICMS sobre o produto -45,10% e 38,52%, respectivamente. Em outros dois estados, São Paulo e Rondônia, o impacto é superior a R\$ 4 por botijão de 13 quilos, que custava na semana passada, em média no Brasil, R\$ 108,73.

O Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda) diz que o ICMS é calculado com base em pesquisas que "refletem os preços médios efetivamente praticados pelo mercado" e que a redução do imposto por lei em março causou "verdadeiro subsídio tributário pela renúncia fiscal heterônoma, vedada pela Constituição Federal".

A partir de abril, o imposto sobre gasolina e gás de botijão passará a ser cobrado em reais por litro, com alíquota unificada em todo o país. No caso da gasolina e do etanol, o modelo de cobrança ainda será debatido até março.

Até lá, estados defendem que continue valendo o sistema anterior ao congelamento, de revisões desses preços de referência a cada 15 dias com base em pesquisas nos postos.

Em nota, a Fecombustíveis, que representa os donos de postos, defendeu a manutenção da desoneração federal em janeiro e criticou a revisão dos preços de referência do ICMS antes do início da vigência da alíquota unificada.

"É necessário que o consumidor nacional tenha ciência de que o aumento dos custos nas bombas não é culpa do posto, mas depende da composição de preços de cada produto, o que inclui, entre outros componentes, os **tributos**", diz a federação.

Na semana passada, os estados anunciaram as novas alíquotas unificadas para diesel e gás de cozinha. Se entrassem em vigor hoje, elevariam os preços dos produtos em 5% e 4%, em média, respectivamente.

Mas o impacto real só será conhecido na véspera da vigência, já que o cálculo depende de qual será o preço dos combustíveis nas refinarias quando as novas alíquotas entrarem em vigor. A gasolina ficou de fora da unificação, por enquanto, e ainda não há nova alíquota.

A perspectiva de alta dos combustíveis já começa a pesar na expectativa de **inflação** para 2023. A Ativa Investimentos, por exemplo, calcula que a retomada da cobrança de **impostos** federais tenha impacto de 0,84 ponto percentual sobre o IPCA (o índice oficial de **inflação** do país) do ano.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50140&anchor=6470525&pd=20d8adfcfa8c58960a57dbe8105639e3>**

# Tributação de combustíveis anima mercado

**GLAUCE CAVALCANTI E LETYCIA CARDOSO**  
*economia@oglobo.com.br*

A sinalização do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que a desoneração de **impostos** federais sobre combustíveis não será prorrogada foi bem vista pelo mercado, pois permitirá aumento da arrecadação pelo governo federal em um cenário de aperto fiscal. O Ibovespa, o principal índice da B3, encerrou ontem em alta de 1,53%, aos 110.236 pontos, enquanto o dólar recuou 0,61%, a R\$ 5,2533.

Por outro lado, a medida vai impactar o bolso do consumidor. O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) calcula que a retomada da cobrança de PIS/Pasep e Cofins a partir de janeiro vai elevar o preço da gasolina em R\$ 0,69 por litro; o do etanol, em R\$ 0,26; e o do diesel, em R\$ 0,33.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis) afirma ser contrária à volta da cobrança em janeiro, posição compartilhada pelos 34 sindicatos filiados do setor.

-Vemos com preocupação a medida. O possível retomo da cobrança dos **impostos** federais sobre combustíveis em janeiro trará aumento de preço na refinaria, na distribuição e na revenda, enquanto vínhamos assistindo retomada nas vendas, com a população im-pactada positivamente-afirma James Throp Neto, presidente da Fecombustíveis.

**ALÍVIO A CONTAS PÚBLICAS** A Bolsa iniciou as negociações ontem operando no positivo, repercutindo o anúncio de Simone Tebet para o Ministério do Planejamento. À tarde, a aceleração do índice foi motivada pelo anúncio de Haddad sobre combustíveis e por uma proposta de emenda à Constituição deixada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, divulgada primeiramente pelo Estadão, que condicionaria gastos fora do teto à geração de receitas com privatização, concessões e reforma fiscal.

Para Gabriel Meira, sócio da Valor Investimentos, o movimento de Haddad sinaliza retomo ao "livre mercado": -As oscilações de preços voltariam, o que seria positivo por aumentar a arrecadação. Por outro lado, os preços mais elevados podem impulsionar a **inflação**. Se isso ocorrer, já vemos o IPCA de janeiro subindo de 0,5% para 0,8%.

Rafael Pacheco, economista da Guide Investimentos, atribui a aceleração da alta do Ibovespa à indicação de

maior controle fiscal em 2023, com o fim da desoneração dos combustíveis: - Por mais que aumente a **inflação** em 2023, isso ajuda a diminuir a pressão nas contas públicas no longo prazo.

Pacheco citou ainda a entrevista de Haddad à colunista do GLOBO Míriam Leitão, na qual o futuro ministro disse que cortará gastos e que o déficit de 2023 será menor do que o previsto.

**ALÍQUOTA ÚNICA DE ICMS** Outro ponto é a entrada em vigor, em abril, da cobrança de alíquota única e monofásica do ICMS sobre cada tipo de combustível. O imposto passa a incidir apenas uma vez e no início da cadeia, com alíquota definida por unidade, ao invés de por valor, como é hoje.

Na semana passada, os estados, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), fecharam acordo para cobrança de alíquota única de ICMS para gás de boti jão (GLP), diesel e biodiesel.

"Enquanto o governo não define essa questão tributária, a partir de 12 de janeiro todos os combustíveis poderão au-mentar, com o retomo dos **impostos** federais e estaduais - que traz de volta o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) -, que é a base de cálculo do ICMS, e que passa por reajuste a cada 15 dias, podendo impactar no preço final de bomba", diz a Fecombustíveis em nota.

-A medida que altera a base de cálculo do ICMS no diesel expira dia 31. Deixa de valer a média de preço ao consumidor apurada nos últimos cinco anos, voltando a flutuar quinzenalmente -dizThrop.

Até abril, porém, os estados poderão optar por manter o uso da média de preço dos últimos cinco anos, antecipar a alíquota teto ou retornar ao PMPF, segundo o Confaz.

Para o Instituto Combustível Legal (ICL), a simplificação tributária trará melhoria ao ambiente de negócios e contribuirá para o fim das distorções concorrenciais: "A essencialidade dos combustíveis autoriza a manutenção das alíquotas reduzidas pelas Emendas Constitucionais. A redução dos **tributos** incidentes também reduz o benefício para os sonegadores e inadimplentes que se utilizam de elementos protelatórios para sonegar e reduzir a capacidade de investimento dos Estados."

# Estados terminam ano com alta dos gastos e receitas em queda

Os Estados devem fechar 2022 com a arrecadação tributária em queda e um aumento nas despesas correntes puxado pelos gastos com pessoal, em quadro oposto ao do ano passado. Para o ano que vem, enquanto a **inflação** deve influenciar os gastos, o desempenho das **receitas** está sujeito não só à esperada desaceleração da economia como também a várias definições para o ICMS.

De janeiro a outubro a receita tributária do Estados-arrecadação de **impostos**, taxas e contribuições - foi de R\$ 565,7 bilhões, queda de 0,3% reais no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal em relação a igual período do ano passado. O resultado já está sob impacto da redução do ICMS para combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, apontada como a principal causa da queda de arrecadação. Em 2021, essa receita subiu 11,6%. Já as despesas correntes aumentaram 6,2% este ano. Os gastos com pessoal e encargos subiram este ano 9,7% - em 2021 houve queda de 6,8%.

Os dados foram levantados pelo Valor a partir dos relatórios fiscais de execução orçamentária entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset afirma que os números mostram uma nova tendência para as contas estaduais e o quanto o cenário de 2023 será desafiador aos novos governadores.

Para ele, ainda que os Estados consigam recuperar parte da perda de ICMS, as receitas devem ficar sujeitas no ano que vem aos efeitos da desaceleração econômica. Ao mesmo tempo, diz, o crescimento das despesas de pessoal mostra o efeito rápido dos reajustes salariais aprovados este ano - caso do Rio de Janeiro e São Paulo, cujas assembleias legislativas aprovaram reajustes salariais para o próximo governo.

"Ficará para os novos governadores uma herança complicada, se combinada desoneração do ICMS com folha salarial corrigida. Certamente cortarão investimentos", avalia José Roberto Afonso, professor da Universidade de Lisboa e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Página A5

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1&section=1)**



# Fim do corte de impostos elevará preço nas bombas

**Fábio Couto e Rodrigo Carro Do Rio**

A decisão do futuro governo Lula de não prorrogar o corte de **impostos** federais sobre os preços dos combustíveis terá como efeito impacto sobre o preço final uma vez que a tendência imediata é de que distribuidoras repassem os custos, gerando efeito cascata que chegará ao consumidor no início da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, na visão de representantes do setor.

Na terça-feira, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que se abstinhasse de tomar qualquer medida que possa impactar a próxima gestão. Para conter a alta nos preços dos combustíveis por causa da Guerra na Ucrânia, o presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas de PIS/Cofins e da Contribuição de Intervenção no Desenvolvimento Econômico (Cide) até 31 de dezembro.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) afirmou que o retorno dos **impostos** federais e estaduais traz de volta o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), base de cálculo do ICMS, reajustado a cada 15 dias, impactando no preço final do produto na bomba.

Levantamento do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) aponta para um impacto de R\$ 0,69 por litro nos preços da gasolina; de R\$ 0,26 por litro sobre o etanol; e de R\$ 0,33 por litro para os preços do óleo diesel.

O sócio da área tributária do Demarest Advogados, Douglas Mota, também vê impacto e destacou que o orçamento federal e a PEC da Transição talvez tenham sido elaborados com a previsão de retorno desta receita. O temor, afirmou, é que a medida gere pressão maior dos governadores pela revisão do ICMS, imposto que teve incidência limitada da alíquota de 17% a 18%, com a equiparação feita pelo governo a produtos essenciais.

Para David Zylberstajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o corte de **impostos** foi eleitoreiro e subsidiou os combustíveis fósseis. Mais interessante, para ele, seria desonerar o transporte público "pois é quem pega ônibus e trem que precisa

de subsídios", na lógica do atual governo de priorizar os mais pobres. Porém, Zylberstajn salientou que o importante é que o fim do corte não sinalize intenção de intervir nos preços dos combustíveis, o que "foi desastroso no passado e desarranjará o mercado por completo".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1&section=1>

# Governo projeta superávit primário de R\$50 bi em 2022

## *Estevão Taiar De Brasília*

A três dias do fim do ano, o Ministério da Economia calcula que o superávit primário do governo central deve encerrar 2022 em aproximadamente R\$ 50 bilhões.

Conforme divulgado ontem pelo Tesouro Nacional, o resultado primário, principal medida de fluxo das contas públicas, estava positivo em R\$ 66,5 bilhões no acumulado de 12 meses até novembro.

"Não será surpresa se o superávit primário ficar acima de R\$ 50 bilhões em 2022", disse o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, em entrevista coletiva para comentar os números de novembro.

A estimativa oficial do Tesouro é de resultado primário positivo de R\$ 34 bilhões neste ano.

Mas Valle destacou dois fatores que, em dezembro, devem fazer com que o superávit seja maior: "alguma receita" superior ao projetado anteriormente e empoçamento de despesas, que acontece quando os gastos ficam parados nos ministérios.

Com isso, ele reforçou que a relação entre dívida bruta do governo geral (DBGG) e Produto Interno Bruto (**PIB**) deve encerrar este ano em 73,7%. A DBGG é o principal indicador de estoque do endividamento público.

A última vez em que o governo central (que leva em conta Tesouro, Banco Central e Previdência) registrou superávit foi em 2013.

De acordo com o secretário, a volta das contas do governo federal para o azul é explicada pelo crescimento da receita e controle da despesa. No primeiro caso, houve expansão elevada da arrecadação federal, seja aquela administrada pela Receita ou não. Do lado das despesas, houve queda nos gastos com a pandemia, em relação aos dois anos anteriores, e menor pressão de gastos com pessoal, em parte causado pela não concessão de reajustes salariais.

Em relatório, o economista Ítalo Franca, do Santander, destaca que projeta resultado primário, de R\$ 65 bilhões, ainda maior para este ano. "No entanto,

consideramos que parte do resultado positivo se deve à recuperação da atividade econômica e a fatores temporários, como receitas elevadas com petróleo e arrecadação tributária robusta sobre o lucro das empresas", escreve em inglês.

Já o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma também em relatório que "o resultado de novembro segue em linha com nossa expectativa de um superávit do governo central" de R\$ 56 bilhões para 2022.

Mas, na entrevista coletiva, o secretário do Tesouro Nacional lembrou que o governo central deve voltar a registrar déficit primário no ano que vem. Valle afirmou que "várias questões [que] estão sendo discutidas pela equipe de transição" do governo eleito "precisarão ser aprofundadas", como o piso de enfermagem e o fim da desoneração de **impostos** federais sobre combustíveis.

De acordo com ele, esses debates precisarão ser realizados mesmo com o Tesouro calculando que a arrecadação será superior em R\$ 36 bilhões ao que está previsto oficialmente no Orçamento de 2023. O texto projeta déficit de R\$ 231,5 bilhões para o ano que vem, em parte por causa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

Já Franca, do Santander, calcula resultado primário negativo de R\$ 155 bilhões para 2023, "mas com um viés de alta para o déficit", comenta.

Por sua vez, Serrano, do BTG, projeta déficit de R\$ 123 bilhões para 2023, também levando em conta os impactos da PEC.

"Dada a magnitude do aumento de despesas contratado para 2023, enxergamos uma probabilidade alta de o governo aumentar **impostos** no próximo ano.

Dessa forma, incorporamos no nosso cenário a reoneração do PIS/Cofins e Cide sobre combustíveis", afirma, destacando que tal reoneração tem impacto previsto de R\$ 53 bilhões em 12 meses.

De acordo com ele, "a deterioração do resultado primário, bem como a manutenção da Selic em patamar elevado por mais tempo", deve levar a DBGG de 73,8% (sempre em relação ao **PIB**) em 2022 para

78,2% em 2023.

"Esse forte crescimento vai quebrar a sequência de dois anos de queda da dívida pública e aumenta a incerteza do ajuste fiscal esperado", afirma.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1&section=1)**

# Sem incentivos, o Brasil poderá ficar para trás em novos biocombustíveis

O Brasil corre o risco de ficar para trás na corrida global pela produção de biocombustíveis quimicamente iguais aos combustíveis fósseis e com baixa emissão de carbono, como o bioquerosene de aviação (SAF, na sigla em inglês) e o diesel verde (HVO, na sigla em inglês). Apesar da abundância de matéria-prima para esses renováveis no Brasil, são as economias desenvolvidas que estão fomentando diretamente a nova indústria e que caminham para liderar essa rota de transição energética.

Projeções divulgadas recentemente pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) indicam que, até 2027, os Estados Unidos devem ter entre 50% e 60% de participação na produção global de SAF. No cenário básico da estimativa, a produção deverá saltar de 464 milhões de litros em 2022 para 3,6 bilhões de litros em 2027.

A participação da Europa, atual líder, segundo a IEA deve cair nos próximos anos, ficando próxima dos 20%. E a região da Ásia e do Pacífico (com exceção da China), que hoje está quase ausente desse mercado, deve saltar para uma participação de 27% daqui a cinco anos.

A agência não vê entrada significativa de nenhum país da América Latina nessa indústria, nem sequer do Brasil, ainda que o país já produza matérias-primas que são utilizadas na fabricação do bioquerosene de aviação, como o óleo de soja e o etanol.

Até o momento, só há dois investimentos anunciados na região: um do grupo ECB, do empresário Erasmo Carlos Batistella, que prevê a construção de uma planta de SAF e HVO no Paraguai e que deve começar a operar em 2025, e um da Brasil BioFuels (BBF), que anunciou uma planta de produção dos dois renováveis em Roraima, para começar a operar entre 2025 e 2026.

O SAF é hoje a alternativa de baixo carbono ao querosene de aviação mais utilizada até o momento, embora por enquanto só represente menos de 1% do combustível usado nas aeronaves. As empresas do setor já se comprometeram a alcançar a neutralidade de carbono em 2050 e já há 40 contratos de compromisso de compra (off-take) de SAF com futuros produtores do renovável.

Também há opções de descarbonização por meio da eletrificação de aeronaves e via hidrogênio, mas o SAF deve representar 65% da mitigação de emissões prometidas até metade da década, segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA). As principais matérias-primas do SAF hoje são gordura animal, óleo usado e óleos vegetais, mas o produto também pode ser feito como um combustível sintético, a partir de componentes químicos.

No caso do diesel renovável, as projeções da IEA mudam pouco. A agência prevê que a fatia dos Estados Unidos deve ser metade da produção global nos próximos anos, seguido da Europa, com um quarto da produção mundial, e da Ásia com até 14%. A América Latina também tende a ficar na lanterna nessa indústria, com 4% da oferta global, sendo que o Brasil deve responder sozinho por 2%. O mercado global de diesel verde deve alcançar 26,6 bilhões de litros em 2027, ante 13,6 bilhões de litros este ano.

O fato de as políticas de estímulo à transição energética estarem mais avançadas nos países desenvolvidos explica o descompasso entre as economias avançadas e emergentes no cenário dos novos biocombustíveis. No caso dos EUA, um grande propulsor da indústria devem ser os incentivos fiscais aprovados neste ano pelo Inflation Reduction Act (IRA), como os créditos tributários para produtores de renováveis. A legislação oferece crédito tributário de US\$ 1 por galão de diesel renovável e de US\$ 1,75 por galão de SAF.

Além disso, a lei abate a cobrança de **impostos** de investimentos para a construção de novas fábricas.

O IRA prevê que os incentivos destravem US\$ 3,3 bilhões em investimentos apenas em SAF entre 2023 e 2031. Com o incremento previsto, o IEA prevê que o bioquerosene alcance 2% de participação no mercado de combustível de aviação nos EUA.

Na Europa, o Parlamento aprovou a iniciativa ReFuelEU Aviation, que estabelece mandatos de uso do SAF e já prevê participação de 2% até 2025, alcançando 85% em 2050. Finlândia, França e Espanha já produzem o bioquerosene, e há plantas em construção nos Países Baixos e na Itália. Na Europa, o bioquerosene só deverá ser feito de resíduos, e não de óleos vegetais que possam estar

associados a desmatamento, como o óleo de palma.

A Ásia também deve ganhar uma posição de destaque com os investimentos previstos em Cingapura, no Japão e na China. O governo japonês quer que suas companhias aéreas usem 10% de SAF até 2030. As autoridades chinesas também preveem o uso de 65 milhões de litros de bioquerosene até 2025, mas não divulgaram políticas específicas nem mais detalhes.

A liderança desses mercados nos novos biocombustíveis destoa da posição deles na produção atual dos biocombustíveis convencionais, como biodiesel e etanol. Na visão da IEA, os países emergentes é que vão protagonizar o aumento da produção e consumo dos biocombustíveis de primeira geração, substituindo a importação de combustíveis fósseis.

"O que há na Europa, nos EUA e na Ásia é previsibilidade de longo prazo. No Brasil, o que acontece é o contrário", diz Donato Arnada, professor da UFRJ e consultor da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio). "Não temos orientação se vamos ter algum blend de bioquerosene, de diesel verde. Não precisa ser para o ano que vem, mas para alguns anos".

# Término de alívio fiscal favorecerá o etanol

O fim da desoneração dos combustíveis tende a melhorar a competitividade do etanol hidratado e a remuneração das usinas. A mudança, porém, deve mudar pouco as expectativas de produção na safra 2023/24, para a qual já se previa aumento da produção de etanol e aquecimento ainda maior da fabricação de açúcar.

No mês que vem, as alíquotas de PIS/Cofins e Cide voltam ao patamar de maio, ainda que o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha deixado a porta aberta para uma reavaliação da medida no início do mandato. Por ora, a gasolina vendida nos postos voltará a ser tributada em R\$ 0,6869 o litro, e o etanol hidratado, em R\$ 0,2418 o litro.

A consultoria FG/A estima que o litro da gasolina deverá subir quase R\$ 1 nas bombas de São Paulo e etanol hidratado R\$ 0,69 o litro. Esses aumentos ainda deverão manter a gasolina economicamente mais vantajosa para os carro flex, já que a correlação entre os dois combustíveis continuará bem acima dos 70% (nível em que os dois são igualmente competitivos), passando dos 77% para 76%.

Qualquer que seja a solução definitiva do governo Lula, há agora um dispositivo constitucional, aprovado em julho, que impõe que as alíquotas sobre os biocombustíveis devem ser menores que a dos combustíveis fósseis.

Como as usinas do Centro-Sul só vão retomar a moagem em abril, as quedas nos preços não terão efeito imediato sobre a oferta. Caso as alíquotas sejam mantidas, a tendência é de que o etanol recupere a competitividade ao longo da safra, uma vez que a moagem de cana também será maior, segundo João Rissi, sócio da FG/A.

A consultoria calcula que a oferta de etanol hidratado no mercado interno crescerá 17,4% na próxima temporada, para 14,5 bilhões de litros. Recentemente, a consultoria StoneX projetou aumento de 11,4%, para 19,6 bilhões de litros.

O crescimento da produção de etanol deverá acontecer mesmo em um cenário em que as usinas de cana maximizem a produção de açúcar. A perspectivas consultorias é de que a commodity continuará oferecendo remuneração melhor do que a do etanol, mesmo com a alta de preços do biocombustível. "O aperto no mercado físico de açúcar

deve garantir preços sustentados", afirma Rissi.

Além disso, 17,3 milhões de toneladas de açúcar, ou 61% a ser exportado em 2023/24, já estava com preços travados até novembro, de acordo com a Archer Consulting. Isso reduz a margem de mudança de mix.

Se a normalização tributária se mantiver, o açúcar deverá garantir remuneração 10% maior que o etanol, estima a FG/A. Hoje, o açúcar oferece prêmio de 28% sobre o etanol, segundo o BTG. Na média desta safra, o prêmio do açúcar deve ficar em 15%, diz a FG/A.

Nas contas da consultoria, o preço médio do hidratado para as usinas deve alcançar R\$ 2,98 o litro (líquido de **impostos**) na próxima safra. O preço é um pouco superior à média que as usinas de São Paulo receberam até a última semana, de R\$ 2,91 o litro, conforme indicador Cepea/Esalq.

No entanto, um grande comercializador de etanol afirmou, em condição de anonimato, que a nova política de preços da Petrobras pode alterar essas perspectivas e ter "o mesmo efeito de um imposto zerado".

# Gestores veem recuperação para os FIIs em 2023

Após ensaiar um rali entre agosto e setembro, os fundos imobiliários (FIIs) voltaram ao estado de incerteza que perdurou na maior parte de 2022. Gestores ouvidos pelo Valor afirmam que os descontos médios nos preços das cotas já superam os vistos no período mais agudo da pandemia e que o mercado tende a andar "de lado" ao longo dos primeiros meses de 2023. No entanto, o cenário-base da maior parte das casas aponta que, na segunda metade do próximo ano, o segmento pode retomar o crescimento.

O desconto médio, na comparação entre o valor de mercado e o patrimônio líquido dos fundos listados na bolsa, atingiu 30,26% em novembro deste ano, segundo dados da B3. Já a maior diferença observada no período mais duro da pandemia, entre março de 2020 e março de 2022, ocorreu em outubro de 2021, quando a disparidade alcançou 28,46%.

"Em novembro, a volatilidade do Ifix [Índice de Fundos Imobiliários da B3] foi o dobro da vista na média dos 12 meses anteriores", diz o analista sênior de fundos imobiliários da Santander Corretora, Flavio Pires. "Nesses últimos dois meses, a queda praticamente apagou o ganho que o segmento teve no terceiro trimestre, quando o mercado estava mais otimista com o rumo da Selic."

No penúltimo mês do ano, o indicador apresentou recuo de 4,15%. Em dezembro, até ontem, o Ifix mostrava recuo de 0,58%. No acumulado do ano, porém, o referencial de FIIs tem conseguido se segurar no positivo, com alta de 1,63%.

O sócio e gestor da Zavit, Daniel Alouan, diz que, recentemente, os prêmios aumentaram muito. "O spread entre o rendimento do Ifix e do título do governo de 10 anos atrelado à **inflação** [NTN-B] girava um pouco abaixo de 3 pontos percentuais no ano passado, e hoje está perto de 5,5 pontos."

A virada negativa ocorreu pela deterioração das expectativas em relação ao rumo das taxas de juros. No início do terceiro trimestre, havia um consenso no mercado de que a Selic estava perto de atingir o teto e a expectativa era que o Banco Central pudesse começar um ciclo de corte da taxa básica ainda no primeiro semestre de 2023.

Depois das eleições, porém, essa visão mudou. A elaboração da PEC da Transição, que permite um aumento de despesas acima da regra do teto de gastos da ordem de R\$ 145 bilhões em 2023, e a sinalização por parte do governo eleito de menor compromisso com o

equilíbrio fiscal têm levado analistas, economistas e gestores a enxergar um caminho mais pressionado para a taxa básica.

Muitas casas de análise revisaram para cima a projeção para a Selic no fim do próximo ano. O boletim Focus do Banco Central, que reúne as estimativas do mercado, aponta para uma taxa básica de 12% em dezembro do ano que vem. Trata-se de uma queda de 1,75 ponto percentual ante os atuais 13,75%. Mas, até voltar a subir no mês passado, a mediana da pesquisa permaneceu estável, em 11,25%, por mais de dois meses.

"Se a remuneração no ativo livre de risco [ CDI ] é muito relevante, qualquer outra coisa que tem mais risco tende a sofrer, pois tem de entregar mais rendimento", diz o sócio da empresa de investimentos imobiliários Alianza, Fabio Carvalho. "Foi um ano difícil para bolsa, ações e fundos imobiliários. Tem muita cota nos FIIs com valor mais baixo do que no auge da pandemia."

De acordo com o sócio da HSI, Fernando Gadelho, "o setor é muito dependente e muito correlacionado à taxa de juros do mercado". O movimento de alta da Selic a partir de março de 2021 trouxe uma reprecificação geral para baixo das cotas de FIIs no mercado.

"Os juros atuais [de 13,75% ao ano] são colossais e podem nos levar a uma recessão, se não forem revistos em algum momento", avalia o sócio-fundador da Hedge Investments, André Freitas. Mas, até mesmo pelos efeitos duros para a economia e o setor produtivo de manter juros elevados por um período prolongado, o gestor afirma ver um cenário positivo para 2023, na comparação com o momento atual.

Conforme Freitas, "passado o ruído da transição, quando o novo governo assumir em janeiro, acho que muitas incertezas se dissipam". Na opinião do gestor, "a PEC da Transição veio mais por uma necessidade

de se consertar o orçamento elaborado na atual administração, para possibilitar a recomposição de programas sociais".

Para o sócio da Hedge, "começa a cair a ficha no mercado que [a sinalização de gastos] talvez seja um primeiro momento do governo eleito como forma de arrumar a casa, e que pode haver contrapartida com receitas". Segundo Freitas, "o equilíbrio fiscal pode vir a ser recomposto com aumento de **impostos** e crescimento da arrecadação". Na visão do gestor, no começo do ano o mercado vai ser mais lento em função dos juros mais elevados. "Acredito em corte de juros no segundo semestre e o mercado vai reagir a isso", pondera.

"Se o governo conseguir acalmar as incertezas [no início do ano], o mercado local fica mais tranquilo", acrescenta Alouan, da Zavit. "Na nossa avaliação, os juros tendem a começar a cair no segundo semestre do ano que vem", afirma o gestor. "Chegajaneiro e os rumores se dissipam, e tenho certeza que o novo governo não será nem melhor nem pior do que os que já tivemos e, com isso, tudo volta à normalidade", considera.

Para o gestor e chefe da área de fundos imobiliários da Fator Administração de Recursos (FAR), Rodrigo Possenti, apesar das incertezas, em uma visão de médio e longo prazos, há um cenário de muitas oportunidades para entrar no mercado de olho no ganho de capital. "As cotas estão muito baratas e num nível de preços que faz sentido entrar", avalia. "Tem FII 'de tijolo' [fundos que investem diretamente em imóveis] que, se o investidor entrar no valor de hoje, pode conseguir rentabilidade de **inflação** mais 8% ou 8,5%", acrescenta.

Quando as incertezas ficarem para trás, o ajuste do mercado é rápido, avalia o sócio da HSI Felipe Gaiad. "Temos uma expectativa de que o BC possa começar a cortar juros entre o terceiro trimestre e o fim do próximo ano e, quando a sinalização desse movimento ficar clara, o ajuste ocorre muito rápido", pondera.

Para Alouan, da Zavit, além de a tendência a um cenário macroeconômico ser mais favorável a partir da segunda metade de 2023, o mercado imobiliário terá de passar por ajustes por conta de fundamentos. "No médio prazo, por exemplo, os aluguéis vão ter de se adequar. Não se consegue ter um aluguel tão descolado dos preços de reposição [custo de construção de um imóvel a partir do zero]."

O gestor explica que o custo de construção subiu, pressionado pela **inflação**, enquanto os preços de imóveis caíram, devido à elevação de juros. "O valor de reposição não deve mudar, mas os preços terão de

se ajustar [paracima]", diz.

Segundo Pires, do Santander, apesar dos descontos generalizados nas cotas, o investidor tem de ser seletivo. "É preciso ter cautela e olhar a qualidade dos ativos no portfólio", ressalta. "A pessoa tem de olhar alguns pontos importantes: o preço do ativo em relação ao valor patrimonial; quais são aqueles que vão conseguir proteger o patrimônio e quais

serão os que vão conseguir entregar bons dividendos."

Na avaliação de Carvalho, da Alianza, "no imobiliário temos hoje uma das melhores oportunidades, porque tem muita coisa barata e, diferentemente da época da pandemia, a performance operacional dos ativos está indo muito bem". Conforme o gestor, "os shoppings, por exemplo, têm tido desempenho muito mais saudável comparado ao período de fechamentos". O ajuste para baixo das cotas dos FIIs tem sido, basicamente, um reflexo dos juros elevados e das incertezas políticas, complementa.

Outro fator favorável ao segmento dos fundos imobiliários é o crescimento da base de investidores e o aumento da liquidez no mercado secundário, mesmo com a elevação de juros e a oscilação no valor das cotas. A volatilidade do segmento ao longo de 2022 não afugentou os participantes do mercado, ao contrário do que ocorreu na época da recessão entre 2015 e 2016, quando a base encolheu.

O número de investidores pessoa física em FIIs listados pode alcançar a marca psicológica de 2 milhões no apagar das luzes de 2022. Segundo a B3, em novembro a base avançou para 1.963.486 CPFs. Houve um acréscimo de cerca de 12 mil integrantes na comparação com outubro, mas, ao longo do ano, o crescimento mensal ficou perto de 40 mil novos indivíduos.

"A gente viu esse ano um aumento da base de 30% em 12 meses, com adição de 40 mil investidores por mês, e quase batendo a marca de 2 milhões de investidores", aponta Gadelho, da HSI. "É um produto muito atrativo porque paga bem, tem rendimentos mensais e é isento do imposto de renda." Gaiad, também da HSI, acrescenta que "há uma tendência de a base de CPFs no mercado ser menos sensível à flutuação da taxa de juros".

Freitas, da Hedge, lembra que no momento atual "os fundos do Ifix têm pagado um "dividend yield" acima de 11% [ao ano] e isso é muito rendimento, uma vez que são isentos [de IR]". Além

disso, pondera o gestor, "temos comprado os ativos com descontos de 15% a 20% em relação ao valor



patrimonial".

Conforme Carvalho, da Alianza, "quando a gente diz que os fundos estão baratos, significa também que estão com "yield" alto". Com o valor da cota abaixo do patrimonial, "está fácil achar no mercado fundos [de tijolo] bons com yields de 10% ao ano".

Além do ganho de capital, o momento acaba se mostrando oportuno para o investidor "travar" um yield, ou seja, um retorno com os dividendos mais elevado. Nesse aspecto, os chamados fundos de papéis, que investem em certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), levam vantagem porque o retorno médio tem alcançado perto de 15% ao ano. Isso porque os títulos de crédito privado com lastro em ativos imobiliários pagam um "spread" em relação aos ativos livres de risco correlacionados.

"Vejo os fundos de papel como defensivos para o ano que vem, por conta da Selic elevada", analisa Carvalho, da Alianza. "Mas é preciso escolher com cuidado os portfólios, porque aqueles com papéis mais arriscados, como os fundos "high yield", podem ter dificuldades com os devedores e enfrentam risco de inadimplência. O melhor é focar no crédito mais conservador, o "high grade"."

"O segmento que eu gosto mais é o de fundos de fundos [FoFs], que tem desconto em cima de desconto", aponta Freitas, da Hedge. "Esses portfólio estão comprando ativos descontados e eles próprios embutem descontos em suas cotas", explica. De acordo com o gestor, em uma fase de recuperação do mercado, o ganho acaba sendo duplo.

Para o sócio da Hedge, "as verdadeiras barganhas, no entanto, estão nos fundos de tijolos". O gestor aponta que praticamente todos negociam com valor de mercado abaixo do custo de reposição. "Temos ativos muito bons negociando entre 20% a 25% abaixo do custo de reposição, e tudo que está abaixo do custo de reposição fica difícil se sustentar ao longo do tempo."

# Pedidos de vista paralisam 241 processos no STF - CLÁUDIO HUMBERTO

## CLÁUDIO HUMBERTO

"O brasileiro vai pagar caro pela volta da quadrilha ao poder"

Deputada Bia Kicis (PL-DF), após o futuro governo optar pelo aumento dos combustíveis

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de limitar em 90 dias o prazo para o voto-vista não afeta a sorte de 241 processos estacionados nos gabinetes dos ministros. O pedido de vista é feito sob alegação de que seu autor precisa "estudar mais" o processo, mas também é usado como manobra para "empacar" julgamentos. Há processos parados desde 2016. O artigo 134 do Regimento Interno limita o prazo a 30 dias, mas, ignorado, nada acontece. Agora, será liberado após os 90 dias.

Juntando poeira

O ministro Ricardo Lewandowski é quem tem o processo há mais tempo na gaveta. São seis anos de espera sob pedido de vista.

Passos de tartaruga

O processo na gaveta de Lewandowski chegou ao STF há 20 anos, em 2003, e foi relatado pelo ministro Cezar Peluso, atualmente aposentado.

De saída

Corre o risco do Lewandowski se aposentar em maio sem decidir. Ele irá completar 75 anos e será compulsoriamente aposentado.

Melhorias

A alteração no regimento interno foi elogiada pelos ministros. Gilmar Mendes classificou a mudança como "grande marco".

Multas eleitorais rendem R\$70 milhões aos partidos

As multas aplicadas a partidos políticos e candidatos pela Justiça Eleitoral, como campanha antecipada ou até mesmo supostas "fake news", renderam R\$70 milhões aos próprios partidos, somente até outubro/2022. Funciona assim: a Justiça cobra dos

partidos por infrações cometidas no âmbito eleitoral, depois essas verbas são destinadas ao Fundo Partidário e são redistribuídas aos próprios infratores, na mesma proporção do fundo de dinheiro público que banca os políticos no Brasil.

Partido Forbes

O maior beneficiado por multas eleitorais este ano é o União Brasil: R\$11,5 milhões. E levou R\$1 bilhão dos fundos partidário e eleitoral.

Sempre eles

O PT foi o segundo maior beneficiado pelas multas eleitorais, em 2022: R\$7,3 milhões; PSDB levou R\$4,2 milhões e MDB, R\$4 milhões.

Tem mais

Os valores distribuídos ainda não incluem a multa extravagante de quase R\$23 milhões contra o PL, tampouco aquelas ainda sub judice.

Te vira, hermano

Dilma Rousseff manifestou desejo de assumir a embaixada do Brasil em Roma, para desespero da diplomacia, mas Lula está inclinado a designá-la à embaixada em Buenos Aires. Ele não deve gostar de argentinos.

Tudo como sempre

Em seus governos, o PT sempre manteve controle sobre a Fazenda, a Casa Civil, o Banco do Brasil, a Caixa e, especialmente, a Petrobras. A partir de 2023 não será diferente. Só falta o repeteco de escândalos.

Mudando para pior

O futuro ministro da Fazenda Fernando Haddad avisou: não vai prorrogar a isenção de **impostos** sobre combustíveis. A estimativa é que a gasolina suba R\$0,90. Em 2013, 20 centavos foram suficientes para parar o País.

Mais poder

Após ganhar a boquinha do Ministério do

Planejamento, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) ainda faz exigências: quer indicar o nome para representar o Brasil no Banco Mundial.

Perda de tempo

O cientista político Paulo Kramer critica Jair Bolsonaro por perder tempo e capital político confraternizando com Donald Trump na virada do ano. Para ele, deveria se empenhar na reconquista de parte dos 37,8 milhões de votos que no 2º turno não votaram nele e nem no seu adversário.

Escalada

Após a decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender o porte de armas no DF, em razão da posse do petista Lula, o deputado José Medeiros (PL-MT) já avisou: "Ninguém vai tomar a minha".

Esqueceram de mim

A presidente do PT, Gleisi Hoffman, não para de receber ligações do Partido Verde. O nanico esteve com Lula desde o primeiro turno e agora descobriu, sem cargos, que a tal "frente de partidos", claro, era lorota.

Subiu à ribalta

Escanteada como vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos (PCdoB) viu crescer seu cartaz após ser anunciada ministra. Com direito a festa de arromba de estranhos odores para celebrar seu aniversário.

Pensando bem.

.2022 mostrou que muita coisa vai ficar para 2026.

Na ditadura, quando se especulava sobre o sucessor do general Emílio Garrastazu Médici, o jornalista Mauro Santayana encontrou o deputado Zezinho Bonifácio, ardente defensor do regime, e reproduziu uma frase célebre: "No regime presidencialista, é indispensável que a escolha do primeiro mandatário respeite as forças políticas da Nação." Zezinho reagiu: "Quem disse essa asneira?" Santayana lembrou: "Seu pai, José Bonifácio, quando se rebelou contra Washington Luís." Zezinho não perdeu o rebolado: "Isso foi no tempo em que a Lua era de São Jorge. Hoje é dos astronautas."

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/29-12-2022-edicao24472/>

# Haddad diz que não vai prorrogar desoneração dos combustíveis

O penúltimo dia de negócios no mercado financeiro apresentou forte recuperação da Bolsa de Valores brasileira após duas sessões em queda, enquanto o dólar e os juros futuros recuaram.

Posicionamentos do futuro governo deram um viés positivo à sessão, superando um dia de volatilidade no exterior.

O índice referência da Bolsa, o Ibovespa, subiu 1,53%, aos 110.236 pontos, levando o indicador a apagar as perdas desta semana e a se encaminhar para um fechamento de 2022 até o momento positivo em 3,6%.

O dólar comercial à vista fechou o pregão com queda de 0,64%, cotado a R\$ 5,2520 na venda.

Investidores negociaram nesta quarta sob a expectativa de alívio para as contas públicas após o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), ter solicitado na véspera, por decisão do presidente diplomado Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que o governo Jair Bolsonaro (PL) não prorrogue a desoneração de **tributos** federais sobre combustíveis.

Haddad ainda disse em entrevista que iniciará sua gestão arrumando a casa e revendo benesses criadas por Bolsonaro em sua tentativa de reeleição. Após a divulgação das declarações do futuro ministro, a alta do Ibovespa ganhou aproximadamente meio ponto percentual.

Na prática, o mercado vê com bons olhos a possibilidade de aumento das receitas e uma postura considerada um pouco mais conservadora da futura gestão, o que diminui temores quanto a eventuais dificuldades para o pagamento da dívida pública.

Haddad tomou conhecimento de que o Ministério da Economia estava preparando uma MP (medida provisória) para prorrogar a isenção sobre combustíveis por até 90 dias e quis conversar sobre o assunto com o atual ministro Paulo Guedes. Integrantes do governo Bolsonaro relataram que o futuro ministro achou 90 dias demais durante as conversas, mas sinalizou que seria adequado um prazo de 30 dias para o governo não iniciar o mandato com uma elevação imediata de preços nas bombas.

Étore Sanchez, economista da Ativa Investimentos,

calculou que o restabelecimento dos **tributos** elevaria a sua estimativa de **inflação** para o ano que vem de 5,1% para 6%, mas resultaria em queda de 3,5% para 3,4% nos anos de 2024 e de 2025.

Para o estrategista da RB Investimentos, Gustavo Cruz, apesar do impacto na **inflação**, o retorno da tributação evitará uma perda de receita com impacto de R\$ 50 bilhões no primeiro ano do governo de Lula.

"Não quer dizer que as isenções não serão retomadas, mas, por enquanto, começa 2023 com os **tributos** de volta. Isso tem um impacto inflacionário, é verdade, porém, o risco fiscal diminui consideravelmente com essa arrecadação a mais ou normalizada para o próximo ano", afirmou.

Cruz ainda destacou que a confirmação na véspera de que a senadora Simone Tebet (MDB-MS) aceitou assumir o Ministério do Planejamento e Orçamento passou a ser avaliada de forma mais positiva nesta quarta, com o mercado considerando que Tebet poderá se contrapor a exageros na ampliação dos gastos públicos.

Na terça-feira (27), a notícia de que Tebet assumiria o Planejamento, mas sem a possibilidade de que a pasta abrigasse também bancos públicos, não agradou parte dos investidores, pois tiveram a impressão de que a senadora teria pouco espaço no governo, conforme destacou Simone Pasianotto, economista-chefe da Reag Investimentos.

Ainda sobre a reação da Bolsa nesta quarta aos movimentos do futuro governo, setores que dependem mais de um cenário de estabilidade econômica tiveram um dia positivo, como o bancário e o varejista.

Os papéis do Bradesco subiram 3,06%. Magazine Luiza e Americanas dispararam 6,75% e 6,11%.

"A queda nos juros futuros ajudou a impulsionar o setor de consumo cíclico, que foi destaque de alta no dia. O alívio maior com o risco político também impulsionou a retomada da alta para o setor financeiro, outro destaque da sessão", comentou Bruna Sene, analista de investimentos da Nova Futura.

No mercado de juros, citado por Sene, a taxa de juros DI (Depósitos Interbancários), que serve de referência

para o setor de crédito, recuou de 13,54% para 13,40% para os contratos com vencimento em 2024.

Mercado internacional O exterior negativo impediu que o dia fosse ainda melhor no mercado brasileiro, sobretudo devido ao impacto nas ações da Vale, que registraram o maior volume negociado entre as ações do Ibovespa.

As ações da mineradora recuaram 0,22% com investidores pesando a perspectiva de aumento da demanda por minério de ferro na China, que vem reduzindo as restrições contra a Covid, mas também temendo que o avanço da crise sanitária no país possa trazer consequências negativas para o setor.

Já mercado de ações de Nova York fechou em queda, em uma sessão marcada pela volatilidade. O índice de referência S P 500 perdeu 1,20%. Também caíram Dow Jones (-1,10%) e Nasdaq (-1,35%).

Analistas da Bolsa novaiorquina destacaram que a reabertura da China trouxe preocupações quanto ao aumento repentino da demanda no país, o que pode resultar em mais **inflação** para todo o mundo e em novas altas nos juros de referência do Fed (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos).

"A maneira como [a China está reabrindo] é bastante surpreendente. Acho que é por isso que os mercados estão indo para frente e para trás", disse Altaf Kassam, chefe de estratégia para Europa, Oriente Médio e África da State Street Global Advisors, ao The Wall Street Journal.

Kassam acrescentou que os investidores ainda estão avaliando os efeitos do aperto da alta dos juros em todo o mundo, que continua a gerar preocupação.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/29-12-2022-edicao24472/>

# Mulheres serão minoria nos altos escalões do Ministério da Fazenda - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

Na campanha presidencial, Lula prometeu trazer maior diversidade para o seu governo. De fato, haverá mais mulheres nos altos quadros da futura gestão - até porque Bolsonaro não se preocupava com esse tema -, mas ainda assim o caminho para a plena igualdade será longo. Na área econômica, apenas três mulheres foram anunciadas para o primeiro escalão do Ministério da Fazenda, sendo que nove nomes foram indicados até agora. Ontem, o chefe da área econômica, Fernando Haddad, confirmou a diplomata Tatiana Rosito como secretária de Assuntos Internacionais da pasta e a procuradora da Fazenda Fernanda Santiago para a assessoria jurídica do ministério. Ambas têm sólido currículo. Atualmente, Rosito é consultora do New Development Bank (NDB), o banco dos Brics, e antes serviu nas embaixadas do Brasil na China e em Singapura. Por sua vez, Santiago é especialista em direito público e mestrandia em direitos humanos na Universidade de São Paulo.

PetroReconcavo assina negócio de R\$ 728 milhões

O setor petrolífero encerrará o ano em alta. Ontem, a PetroReconcavo anunciou a compra da Maha Brasil, que detém seis concessões de exploração de petróleo e gás no Nordeste. Segundo as empresas, o valor da transação foi de US\$ 138 milhões (R\$ 728 milhões). Com o acordo, a PetroReconcavo assumirá os 75% de quotas que a Maha possui no Campo de Tartaruga, localizado na Bacia de Sergipe, e a totalidade do Campo de Tiê e dos blocos exploratórios localizados na Bacia do Recôncavo, na Bahia.

Olimpíada de Tóquio custou muito mais do que havia sido prometido

Não é apenas no Brasil que os custos de grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíada, extrapolam os números anunciados previamente pelas autoridades. No Japão, uma revisão feita por uma auditoria local constatou que os Jogos de Tóquio-2020 (na verdade, realizados em 2021 por causa da pandemia) consumiram US\$ 12,9 bilhões. Para se ter ideia, os organizadores disseram, na ocasião da candidatura, que gastariam no máximo US\$ 5,2 bilhões para promover as competições.

Inadimplência das famílias atinge maior patamar em 4

anos

Os brasileiros estão com dificuldade para honrar seus compromissos financeiros. Em novembro, a inadimplência das famílias no chamado crédito livre - aquele sem taxas subsidiadas pelo governo - chegou a 4,3%. Trata-se do maior patamar desde junho de 2018, de acordo com a série histórica do Banco Central. Com os juros bancários nas alturas, os endividados enrolam-se cada vez mais. Taxas elevadas de inadimplência pressionam os preços dos produtos e serviços e causam impacto na **inflação**.

Rapidinhas

» Um levantamento feito pela V.Trends, hub de pesquisas da Vivo, identificou as principais metas dos brasileiros para 2023. Segundo o estudo, o maior objetivo é cuidar da saúde e bem estar físico e mental (45%), seguido de investir ou poupar dinheiro (38%) e viajar a lazer (34%). A pesquisa contou com 300 respondentes, de 18 a 70 anos.

» O grupo Latam encerrará 2022 com avanços na área de sustentabilidade. A companhia reduziu em 77% o plástico de uso único, o que foi possível graças à substituição do material de copos, talheres e bandejas por fibra de bambu, embalagens de papel kraft e copos de polipapel na cabine "Economy" dos voos internacionais.

» O Pix não para de quebrar recordes. De acordo com o Itaú Unibanco, as compras no varejo realizadas pela modalidade cresceram 141% no Natal de 2022 diante de igual período de 2021. O valor total das operações aumentou 70%. Para chegar a essas conclusões, o Itaú considerou as transações feitas por seus clientes.

» O grupo de saúde Dasa passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, com vigência até dezembro de 2023. Criado em 2005, o indicador avalia as empresas sob a ótica socioambiental. Recentemente, a Dasa se comprometeu a ter, até 2030, 50% de seus cargos de liderança ocupados por mulheres.

O trem da alegria liderado pelo aumento dos programas sociais comove a sociedade e permite ampliar os gastos públicos. A locomotiva, contudo, encadeia uma sequência impressionante de benefícios

para grupos de interesse. Essas concessões parecem não ter limite, e o custo disso tudo vai nos assombrar por muito tempo" Marcos Lisboa, presidente do Insper

R\$ 10,8 bilhões deverá ser o faturamento do mercado de viagens corporativas em 2022.

Segundo a Abracorp, a associação do setor, o número representará um avanço de 150% sobre 2021, ano que sofreu forte impacto da Covid-19

# Teles querem apoio do BNDES para alavancar o 5G em 2023

**Julio Wiziack**

BRASÍLIA

As operadoras de telefonia defendem que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) crie linhas especiais para financiar companhias interessadas em modernizar seu sistema produtivo com a tecnologia de telefonia 5G -a chamada indústria 4.0.

Hoje, apenas grandes grupos, principalmente da indústria e do agronegócio, testam a quinta geração. Nas montadoras, que já dispõem de um nível de automação elevado, o 5G tornará as cadeias de fornecedores mais integradas, ajustando a produção ao número de pedidos no mercado -o que evitaria superlotação dos pátios.

No campo, por exemplo, grandes empresas como Bom Futuro e SLC Agrícola já conectaram o maquinário pela rede de internet de altíssima velocidade para a troca de informações, em tempo real, sobre pragas, condições do clima e do solo, além de consumo de insumos. Isso foi feito a partir da instalação de infraestrutura exclusiva pelas operadoras para essas empresas.

A avaliação é que isso permite melhorar resultados e reduzir custos de produção.

Esse modelo de negócio se mostrou viável para as teles, porque permite que furem a fila do cronograma de cobertura do 5G definido pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que prevê, em primeiro lugar, a conexão em cidades com mais de 500 mil habitantes.

Pelo interior do país e em áreas afastadas dos centros urbanos, as teles fecham contratos de parceria por meio dos quais ficam donas das antenas, mas todo o investimento na obra e nos equipamentos é pago pelo cliente.

As operadoras avaliam que, para acelerar essa expansão, o BNDES -sob o novo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)- deveria financiar tais projetos. Argumentam que a tecnologia 5G é, primordialmente, uma ferramenta para o mercado corporativo.

Para os consumidores em geral, a quinta geração só fará diferença significativa quando a nova safra de aplicativos chegar ao mercado -como telemedicina, educação à distância ou realidade aumentada. Até lá, a percepção do serviço será apenas de uma conexão um pouco mais rápida para os usuários.

Oficialmente, as teles ainda não discutiram o assunto com o futuro presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Esperam o início do governo para dar sequência ao pleito. Dizem que querem aproveitar a oportunidade, já que Lula delegou a Mercadante a tarefa de usar o BNDES para fomentar a reindustrialização do país, e o 5G seria uma das formas de modernizar as plantas industriais.

Para Marcos Ferrari, presidente da Conexis, associação que representa as operadoras desde 2013, o país vive uma estagnação econômica com perda de competitividade -com exceção do agronegócio. "A quinta geração pode ser um elemento decisivo para a modernização produtiva, mas os setores não têm incentivos para adotá-la", diz Ferrari.

"O novo Mdic [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços] pode criar uma política de incentivo à digitalização produtiva e o BNDES, linhas incentivadas para a modernização."

Projeções feitas pela Omdia, consultoria especializada em telecomunicações, indicam que o **PIB** (Produto Interno Bruto) do Brasil poderá aumentar US\$ 1,2 trilhão (R\$ 6,3 trilhões) até 2030, caso a tecnologia seja totalmente implementada no país.

Por setores, esse aumento do **PIB** deve ser maior nas áreas de tecnologia (R\$ 1,3 trilhão), governo e manufatura (R\$ 1 trilhão cada), serviços (R\$ 800 bilhões), varejo (R\$ 465 bilhões), agricultura (R\$ 407 bilhões) e mineração (R\$ 257 bilhões).

Para os consumidores, a previsão é que o 5G estará funcionando em cerca de 50 cidades com mais de 500 mil habitantes até o fim de janeiro de 2023. A Anatel já deu sinal verde para que as teles instalem a infraestrutura para exploração comercial. Juntos, esses municípios concentram 32% da população



nacional.

Com quase um terço da população coberta com o sinal, a indústria de aparelhos já ganha escala para trazer mais modelos, especialmente aqueles que conversam com as redes de 5G mais modernas.

Até o fim de 2022, havia entraves para que grandes fabricantes -como Apple, Nokia, Samsung e Ericsson- comercializassem aparelhos aptos a funcionar na rede 5G standalone -o chamado 5G puro. A Apple só liberou a atualização do software do iPhone para o sistema standalone em novembro.

Enquanto a popularização dos telefones 5G não ocorre, as operadoras vão prestando o serviço por meio do 5G non-standalone, que funciona com velocidade de 5G, mas com um tempo de resposta maior que 1 milissegundo entre a antena e os aparelhos.

Tecnicamente, o 5G só funciona em sua plenitude nas redes "puras". No entanto, essa infraestrutura exige muito mais investimento.

Para garantir esse padrão, as operadoras precisam instalar até dez vezes mais antenas de 5G para manter a cobertura em altíssima velocidade (até dez vezes mais rápida que a do 4G).

Embora a legislação federal tenha facilitado a construção dessas redes nas cidades, muitos municípios ainda resistem à modernização de suas leis locais. O tempo de espera em algumas capitais, segundo as operadoras, passa de quatro meses. Há casos em que a prefeitura analisa o pedido de instalação de antenas há mais de um ano.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50140&anchor=6470525&pd=20d8adfcfa8c58960a57dbe8105639e3>**

# Guedes se antecipa e lança proposta de teto para pressionar novo governo

**IANDER PORCELLA DÉBORA ALVARES BRASÍLIA**

Nos últimos dias do mandato do presidente Jair Bolsonaro, o atual governo deixou pronta uma proposta para alterar o teto de gastos com a intenção de pautar o debate fiscal no ano que vem, antes que a equipe econômica do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva apresente sua sugestão. O Estadão/Broadcast teve acesso com exclusividade à íntegra de três textos redigidos por técnicos do Ministério da Economia a pedido do ministro Paulo Guedes.

Integrantes do Centrão querem amarrar as ideias e apresentar no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no início de fevereiro.

A proposta de Guedes é incorporar a evolução do Produto Interno Bruto (**PIB**) no cálculo do teto de gastos, que teria crescimento real permanente, acima da **inflação**, dependendo do nível da dívida.

Hoje, o teto é corrigido apenas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além de marcar posição política e se antecipar à equipe econômica petista, a ideia é abrir uma frente de negociação no Legislativo e deixar claro que haverá resistência em acabar com o teto de gastos - regra que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação** -, como tem sido defendido pelo PT.

A PEC da Transição, promulgada na semana passada pelo Congresso, determina que o novo governo envie ao Congresso até agosto do ano que vem um projeto de lei complementar para criar uma nova âncora para substituir o teto. O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que pretende apresentar a proposta antes desse prazo, mas a avaliação de parlamentares do Centrão é que a equipe petista ainda deve demorar para chegar a um consenso sobre a regra fiscal.

No Congresso, os três textos sugeridos por Guedes (duas PECs e um projeto de lei complementar que tratam do mesmo assunto) devem ser incorporados em uma única PEC e a intenção inicial é que ela seja apresentada na primeira quinzena de fevereiro.

Uma emenda constitucional dá mais segurança jurídica ao arcabouço fiscal do que uma lei complementar, mas a escolha do Centrão por uma

PEC se deve também ao rito de tramitação.

Esse tipo de matéria precisa do apoio de três quintos dos parlamentares para ser aprovada - 308 na Câmara e 49 no Senado. Já um projeto de lei complementar, que deve ser formulado pela equipe de Haddad, necessita do aval da maioria absoluta dos congressistas - respectivamente 257 e 41.

DESGASTE. A PEC, portanto, dá mais poder de negociação ao Congresso e representa mais riscos para o governo. Ao se antecipar na discussão e propor um texto com maior dificuldade de ser aprovado, a oposição a Lula amplia o desgaste do petista - já iniciado com as negociações da PEC da Transição e a montagem do ministério, ainda não finalizada a quatro dias da posse.

A PEC também abre mais espaço para discussão do tema.

Esse tipo de texto passa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) das duas Casas e, na Câmara, tramita ainda por uma comissão especial, onde é debatido o mérito. Nos bastidores, os deputados acreditam que essa etapa será essencial para as articulações e conversas com o novo governo sobre o teor que eles desejam ver na proposta que deve vir do Ministério da Fazenda.

Uma das ideias do Centrão é convocar Haddad para audiências no Congresso.

A proposta formulada por Guedes, cujas linhas gerais foram divulgadas em 23 de dezembro numa nota informativa da Secretaria de Política Econômica (SPE), permite o crescimento do teto acima da **inflação** em alguns cenários.

Quando a dívida bruta estivesse em 60% do **PIB** e o crescimento da economia fosse superior a 1%, o teto seria acrescido com base na **inflação** e no valor do **PIB** menos 1 ponto porcentual.

Assim, se a economia crescesse 3%, o teto aumentaria 2% além do IPCA.

No cenário em que a dívida bruta ficasse entre 60% e 80% e a economia crescesse acima de 2%, o teto aumentaria com base na soma da **inflação** com o **PIB**

menos 2 pontos percentuais.

Nesse caso, se o crescimento da economia fosse de 3%, o teto aumentaria 1% além do IPCA. O limite de gastos seria corrigido somente pela **inflação** quando a dívida bruta estivesse em um nível superior a 80% ou quando, nos dois primeiros cenários de dívida, o crescimento econômico fosse inferior a 1% e 2%, respectivamente.

Em 2022, a dívida deve terminar em cerca de 73% do **PIB**.

A proposta também determina que todo o acréscimo no teto seja alocado em despesas discricionárias, ou seja, não obrigatórias.

Base no **PIB** Estudo de Guedes leva em conta a evolução do Produto Interno Bruto no cálculo do teto de gastos

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Realocação do orçamento secreto é vetada pelo Planalto

O presidente Jair Bolsonaro vetou trecho de um projeto de lei que transformava os recursos previstos para este ano das emendas de relator, conhecidas como orçamento secreto, em despesas discricionárias, que o governo decide como gastar. O veto foi sugerido pelo Ministério da Economia, que considerou a proposta inconstitucional.

A medida de Bolsonaro ocorreu em um projeto aprovado na semana passada pelo Congresso Nacional que alterava o Orçamento de 2022. O texto determinava que, devido à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou o orçamento secreto inconstitucional, os recursos programados como emendas de relator (chamadas de RP9) deveriam ser reclassificados para despesas discricionárias (RP 2).

O Ministério da Economia considerou que "a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, pois desrespeita a pertinência temática exigida, ao veicular matéria estranha ao projeto de lei".

Inicialmente, o projeto tratava da abertura de créditos suplementares, mas foi modificado durante a tramitação no Congresso. O projeto havia sido aprovado em sessão conjunta da Câmara e do Senado e realocava o saldo remanescente das emendas de relator para a rubrica RP2, que fica sob controle do Executivo.

Há R\$ 7,7 bilhões de emendas de relator bloqueadas por causa do teto de gastos, que limita a expansão das despesas à **inflação**. A estratégia do Congresso era usar as receitas extraordinárias que saíram do teto com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição para desbloquear essa verba.

O subsecretário estratégico de Política Fiscal do Tesouro Nacional, David Athaide, explicou que os recursos de emenda de relator que não poderão ser usados para despesas livres do governo devem ajudar a compor o resultado primário, que deve ser positivo em 2022.

- Em tese, se você deixa de executar uma despesa, abre espaço para desbloquear outra, mas não tem tempo para isso -disse, em entrevista coletiva.

Em relação aos recursos de emenda de relator que já foram indicados em 2022, mas ainda não pagos, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse que ainda aguarda um parecer jurídico sobre como proceder: -A decisão do STF ainda está sendo analisada juridicamente para saber exatamente o que pode ser gasto respeitando a decisão. Por exemplo, o que já foi empenhado, tem que ser cancelado? Ou se foi empenhado, mas ainda não liquidado?

Ainda tem uma discussão jurídica para fechar até sexta-feira -afirmou Valle.

Também na semana passada, o Congresso aprovou o Orçamento de 2023, com um remanejamento das verbas das emendas de relator. O veto de Bolsonaro vale apenas para o orçamento deste ano e não influencia as regras definidas para o primeiro ano do próximo governo.

A **DIVISÃO** De acordo com a distribuição dos recursos prevista no relatório do senador Marcelo Castro (MDB-PI), dos R\$ 19,4 bilhões que estavam destinados às emendas de relator, R\$ 9,5 bilhões foram repassados para emendas individuais e outros R\$ 9,8 bilhões seriam repartidos entre os ministérios.

O orçamento secreto foi declarado inconstitucional pelo STF no dia 19 de dezembro, em um placar que terminou em 6 a 5 para derrubar o instrumento. Mesmo a ala derrotada no julgamento defendeu a manutenção das emendas de relator desde que o modelo adotado fosse mais transparente em relação aos repasses.

Ao proclamar o resultado do julgamento, a presidente da Corte, Rosa Weber, determinou ao governo federal a divulgação, em um prazo de 90 dias, dos detalhes das obras realizadas por meio de pedidos do orçamento secreto e declarou que o mecanismo não é compatível com a Constituição.

Após a decisão do STF, o procurador-geral da República, Augusto Aras, anunciou uma mudança de posição e aderiu ao voto de Rosa Weber pela inconstitucionalidade e derrubada do mecanismo. Antes, a Procuradoria-Geral da República (PGR) havia se manifestado em defesa do orçamento secreto.

As emendas de relator passaram a ser chamadas de orçamento secreto por conta da falta de transparência e critérios na distribuição dos recursos, que eram utilizados pelo Palácio do Planalto para angariar apoios no Congresso. Pelo mecanismo, deputados e senadores apadrinhavam indicação de verbas que formalmente estavam a cargo do relator-geral do Orçamento de cada ano. O instrumento ampliou a força política do Congresso nos últimos anos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# País cria 135 mil vagas com carteira em novembro

**RENAN MONTEIRO** [renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br](mailto:renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASÍLIA**

O Brasil criou 135.495 postos com carteira assinada em novembro, segundo menor resultado no ano, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O salário médio ficou em R\$ 1.919 no mês, seguindo também uma trajetória de queda.

A geração de emprego formal em novembro foi menor do que em outubro, quando foram abertas 162.029 vagas, e menos da metade da quantidade registrada no mesmo mês do ano passado, quando o país gerou 313.773 postos.

O Caged ainda aponta uma redução de R\$ 20,46 no salário médio de admissão, já descontada a **inflação**. No ano, o Brasil acumula um saldo de 2,46 milhões de trabalhadores que entraram no mercado formal, considerando as admissões menos as demissões.

O secretário executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, Lucio Capelletto, comemorou os dados de 2022. Até o fim de novembro, o país registrava um total de 43,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

-É somente com confiança que os investimentos são realizados, as empresas crescem e os empregos são gerados. A confiança tem sido significativa por parte dos empresários, haja vista a geração de empregos - disse o secretário.

**COMÉRCIO E SERVIÇOS** Os efeitos do aumento da taxa de juros para reduzir a **inflação** persistente são apontados como centrais para a desaceleração da atividade econômica, afetando negativamente o ritmo de crescimento no mercado de trabalho, na avaliação do economista Rodolfo Tobler, do Ibre/FGV: - Quando limpamos fatores sazonais que aquecem a economia, como Natal e turismo, a expectativa é de desaceleração em relação aos trimestres anteriores. Olhando para 2023, a expectativa é de desaceleração no crescimento econômico, com uma **inflação** ainda persistente.

Dos cinco setores pesquisados pelo Caged, apenas dois tiveram saldo positivo em novembro. Foram

105.969 novas vagas em serviços e 92.312 no comércio. Indústria teve queda de 25.707 ocupações, seguida de construção e agricultura, que tiveram baixas, respectivamente, de 18.769 e 18.211 postos.

Segundo Matheus Pizza-ni, economista da CM Capital, a queda de 1,05% no salário médio de admissão entre outubro e novembro é explicada pela concentração da criação de empregos em comércio e serviços, que têm salários mais baixos: -Mesmo segmentos com nível salarial mais elevado dentro do setor de serviços, como o de informação e comunicação, vêm sofrendo uma queda significativa.

# Impacto no IPCA pode ser de 0,6 ponto em janeiro

**Rafael Rosas Do Rio**

A volta da cobrança de PIS/Cofins sobre os combustíveis deve ter impacto de 0,6 ponto percentual no IPCA de janeiro. A estimativa é de André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). A reoneração deve significar um impacto de 10 pontos percentuais na gasolina, 7,5 no etanol e 4,5 no diesel.

Ele lembra que os combustíveis terão influências diferentes sobre a **inflação** do mês que vem de acordo com os pesos que possuem no IPCA. A gasolina pesa 4,6% no índice, enquanto o etanol pesa 0,6% e o diesel, 0,3%.

"O impacto vai ser grande. Podemos perfeitamente ter uma **inflação** em torno de 1% ou mais no mês que vem", diz Braz, que é o responsável pelos Índices Gerais de Preços divulgados pelo FGV/Ibre. "Mas essa **inflação** não é de 2023, ela pertence a 2022", acrescenta, lembrando que já se previa essa alta quando a desoneração chegasse ao fim.

Segundo ele, a desoneração vai fazer o IPCA chegar ao fim do ano ao redor de 5,5%, em vez dos cerca de 8,5% que seriam registrados sem os benefícios concedidos pelo governo federal este ano, segundo cálculos do economista.

A desoneração dos combustíveis - também houve redução legal do teto do ICMS cobrado pelos Estados, medido que continua em vigor - foi fundamental para que o IPCA registrasse três meses seguidos de deflação este ano, com taxas de -0,68% em julho, -0,36% em agosto e -0,29% em setembro.

Braz acrescenta que a **inflação** de janeiro também deve sofrer o impacto de alimentos, principalmente hortaliças e legumes, afetados pela variação climática típica do verão, quando ocorrem chuvas mais intensas.

Em relação aos combustíveis, Braz ressalta que, embora o diesel tenha um impacto direto relativamente pequeno, o produto tem uma influência indireta na cadeia até maior que a gasolina.

Usado principalmente em caminhões e no setor de transporte, o diesel costuma ser responsável por

aumentos de frete, energia e transporte público, entre outros, o que acaba contaminando os preços ao consumidor.

"O diesel em 12 meses tem alta expressiva, de mais de 30%. Já está caro em relação ao ano passado e tem o problema de contaminar outros setores. O peso no IPCA é pequeno, mas o efeito indireto é pior que o da gasolina, embora seja difícil de estimar", diz Braz.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187420?page=1&section=1>

# Estados fecham ano com gasto em alta e receita em retração

**Marta Watanabe De São Paulo**

Os Estados devem fechar 2022 com arrecadação tributária em queda e com aumento nas despesas correntes puxado por gastos com pessoal, em quadro oposto ao do ano passado e que antecipa o dinamismo esperado para 2023. É o que mostram dados até o quinto bimestre de 2022.

Para 2023 a **inflação** deve influenciar os gastos e o desempenho das receitas está sujeito não só à esperada desaceleração da economia como também a várias definições para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

De janeiro a outubro a receita tributária (arrecadação de **impostos**, taxas e contribuições) somou R\$ 565,7 bilhões, com queda de 0,3% em termos reais (descontada a **inflação**) no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal contra iguais meses do ano passado.

O resultado reflete a redução do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações adotada no meio de 2022. Em 2021 a receita avançou 11,6%.

No lado dos gastos, as despesas correntes aumentaram este ano 6,2%,. A alta foi de 0,96% em 2021. Gastos com pessoal e encargos, a mais representativa das despesas correntes dos Estados, avançaram 9,7% além da **inflação** até outubro. Haviam caído 6,8% no mesmo período de 2021.

Os dados de receitas e despesas foram levantados pelo Valor dos relatórios fiscais de execução orçamentária entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Consideram despesas liquidadas e receitas realizadas atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses.

Não foram incluídas despesas ou receitas intraorçamentárias.

Os números mostram uma nova tendência para as contas estaduais, diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset.

Os dados, revelam o quanto o cenário de 2023 será desafiador aos novos governadores, diz.

Ainda que os Estados consigam recuperar parte da perda de ICMS, seja via compensação, aumento de alíquota modal ou alguma recomposição do imposto cobrado sobre gasolina e álcool, avalia Leal de Barros, a receita deve ficar sujeita aos efeitos da desaceleração econômica em 2023.

"Os choques que tiveram efeitos positivos para a arrecadação, como aumento de preços de commodities e reabertura da economia, foram cíclicos, temporários e ficaram para trás", comenta.

Ao mesmo tempo o crescimento das despesas de pessoal, que são de natureza obrigatória e permanente, mostram o efeito rápido dos reajustes salariais concedidos este ano, afirma Leal de Barros.

A contenção anterior de despesas, que também ajudou o quadro fiscal dos Estados, teve grande contribuição da Lei Complementar 173/2020, que limitou contratações e reajustes a servidores até o fim de 2021. Ele prevê que a pressão por reajuste para servidores será forte no primeiro ano de mandato dos governadores eleitos.

Vários Estados, como Rio e São Paulo, já dão sinais nesse sentido, com as assembleias legislativas já tendo aprovado reajustes salariais para o próximo governo. Ele também cita como "precedente perigoso" a Emenda Constitucional 127/2022, que estabeleceu o piso da enfermagem e flexibiliza a contabilização desse reajuste nos limites para despesa de pessoal previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Ficará para os novos governadores uma herança complicada, se combinada desoneração do ICMS com folha salarial corrigida.

Certamente cortarão investimentos", avalia José Roberto Afonso, professor da Universidade de Lisboa e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

Os relatórios fiscais mostram investimentos somados de R\$ 63,6 bilhões de janeiro a outubro, mais que o dobro, em termos reais, que os R\$ 29,3 bilhões liquidados em igual período de 2021. "Esses gastos seguem o antigo, famoso e esperado ciclo eleitoral. Disparam no ano da eleição, com uma taxa bem alta no agregado. Mesmo assim não chega a 10% do que



se gasta com despesa corrente, embora seja um resultado muito melhor que o da União", diz Afonso.

O dado do investimento é importante também quando se olha para as despesas correntes, diz Leal de Barros. "A reboque da elevação da arrecadação tributária houve aumento brutal de investimentos, que resultam em despesas obrigatórias ex-post", diz, referindo-se a gastos de custeio e de pessoal, gerados, por exemplo, por investimentos na construção de hospitais e escolas.

Os relatórios fiscais mostram também mudança de rumo nas receitas correntes, que no conjunto dos Estados alcançaram, de janeiro a outubro deste ano, total de R\$ 939,96 bilhões, com alta real de 6,3% em relação a igual período de 2021, em crescimento pouco abaixo dos 7,1% de avanço em 2021, na mesma comparação. A composição, porém, mudou. Além da arrecadação tributária, que caiu este ano após alta no ano passado, as transferências correntes também inverteram o comportamento.

Ao contrário da arrecadação de **impostos**, taxas e contribuições, a evolução das transferências correntes foi mais favorável aos Estados neste ano. Essas receitas, que incluem os repasses federais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), somaram R\$ 227,6 bilhões de janeiro a outubro, com avanço real de 16,5% em relação a 2021, após queda de 12,4% no ano passado, em igual critério.

Com efeito heterogêneo, o quadro favoreceu os Estados mais dependentes dos repasses de FPE.

Mesmo no agregado, porém, os recursos de transferências correntes não representam nem metade da receita com recolhimento de **tributos**, destaca Afonso.

A queda de arrecadação dos Estados em 2022 é creditada às mudanças no ICMS, principalmente às mudanças resultantes da Lei Complementar (LC) 194/2022. A classificação de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações como itens essenciais resultou na redução da alíquota do ICMS aplicado sobre esses setores que, juntos, representam cerca de 30% da receita com o imposto. O ICMS é o mais importante tributo da arrecadação própria dos governos estaduais.

Renê Garcia, secretário de Fazenda do Paraná, lembra que as leis trouxeram mudanças de caráter permanente para tentar combater a **inflação**, com impactos expressivos sobre a receita dos Estados.

Estudo do secretário em conjunto com Tomaz Leal, assessor econômico da Fazenda paranaense, mostra

que a arrecadação do ICMS nos três setores afetados caiu 30,6% reais de agosto a outubro deste ano em relação a iguais meses do ano passado. Publicada ao fim de junho, a LC 194/2022 teve efeito cheio na arrecadação dos Estados a partir agosto.

Considerando, entre outros fatores, que os impactos da LC 194 possam chegar a R\$ 80 bilhões na arrecadação total de ICMS em 2023, o resultado primário no agregado dos Estados deve ser negativo. Segundo o estudo, aponta Renê, o conjunto dos Estados deve ter déficit primário de R\$ 36,3 bilhões e déficit orçamentário de R\$ 50,05 bilhões no ano que vem. No acumulado de 12 meses até agosto de 2022 o superávit primário dos Estados alcançou R\$ 46 bilhões e o orçamentário, R\$ 44,2 bilhões, mostra o levantamento.

Em boletim divulgado na segunda quinzena de dezembro pela XP Investimentos, os economistas Tatiana Nogueira e Tiago Sbardelotto apontam que a manutenção da atual limitação de alíquotas do ICMS deve produzir um impacto de R\$ 55 bilhões sobre as receitas dos Estados no ano que vem. Se houver avanço para reconhecer a gasolina como um item não essencial, os Estados poderão retornar as alíquotas aos valores anteriormente praticados.

Com isso, a XP projeta ganho de receita de cerca de R\$ 20 bilhões.

O assunto ainda está em discussão em comissão especial no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o ano que vem ainda há a incerteza sobre a continuidade da compensação das perdas de receita com a limitação de alíquotas de ICMS. Em São Paulo as perdas são calculadas pela Fazenda estadual em R\$ 13 bilhões anuais, com parte que vem sendo compensada com abatimento no serviço da dívida com a União na parcela que excede redução de 5% em termos reais contra mesmo período de 2021. Essa compensação, porém, termina em dezembro de 2022.

Na ação que mantém no STF sobre o assunto, o governo paulista pediu a continuidade da compensação em 2023 e a eliminação da trava de 5%. O tema, porém, ainda não foi decidido.

Outro indicador muito discutido no decorrer de 2022, a disponibilidade de caixa dos Estados, que atingiu recorde de R\$ 191,4 bilhões em maio, também dá sinais de redução de saldo, embora deva garantir cofres cheios em nível historicamente altos no quadro geral dos Estados ao fim do ano.

Em outubro, esse saldo estava em R\$ 185,2 bilhões, valor mais de R\$ 40 bilhões superior ao da

disponibilidade em outubro de 2021. Os dados são do Banco Central (BC). Representantes de Estados destacam, porém, que parte desse caixa não representa disponibilidade concreta, porque está comprometida com gastos de curto prazo, entre outros.

Em entrevista coletiva no dia 22, Felipe Salto, secretário de Fazenda do Estado de São Paulo na gestão do governo Rodrigo Garcia, que se encerra em 2022, destacou o valor em caixa de R\$ 86 bilhões, o que significa uma disponibilidade imediata atual de R\$ 33 bilhões. Segundo Salto, é uma reserva que poderá ser utilizada no próximo governo. Ele lembra que a proposta orçamentária enviada à Assembleia Legislativa pelo governo estadual foi elaborada em setembro e a receita a ser realizada em 2023 pode ficar menor que a projetada na peça, com incerteza que pode ensejar uma condução mais conservadora.

Ele lembrou ainda que os efeitos da **inflação**, que beneficiaram as receitas nos últimos dois anos, chegam de forma defasada nas despesas.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1&section=1)**

# Fim do custo de Itaipu vai baixar conta de luz

**Rafael Bitencourt De Brasília**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) projeta para 2023 o aumento médio de 5,6% das contas de luz em todo o país. A previsão é do diretor-geral do órgão, Sandoval Feitosa, que espera para o próximo ano um novo momento oportuno para implementar um plano de "redução estrutural" da tarifa.

"A alta de 5,6% da tarifa em 2023 está ligeiramente acima do índice de **inflação** projetado para o período. Isso é muito positivo para a economia do país", disse Feitosa, ao tomar como referência a **inflação** prevista para 2023, de acordo com os últimos boletins do Banco Central. Em 2022, o aumento do custo da energia elétrica e dos combustíveis foi considerado um dos principais vilões da alta generalizada de preços na economia brasileira.

Um dos fatores positivos que devem frear o movimento de alta das tarifas virá da reunião pública da diretoria do órgão regulador marcada para hoje. O comando da agência vai considerar a redução de US\$ 227,3 milhões no pagamento da dívida da construção da usina de Itaipu, que vai reduzir em 34,5% o custo da energia produzida pela usina e entregue às regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. A chamada tarifa de repasse cairá de US\$ 24,73 para US\$ 16,19, com impacto médio de -3% nas contas de luz dos consumidores das três regiões no ano que vem.

O pagamento do empréstimo tomado para a construção da usina vem chegando ao fim. No ano passado, o valor pago via conta de luz foi da ordem de US\$ 2 bilhões. Este ano, o montante foi reduzido em US\$ 1,4 bilhão. "Em 2023, a dívida estará praticamente quitada", afirmou Sandoval.

Em paralelo à redução do custo de aquisição da energia da usina binacional, mantida pelo Brasil e pelo Paraguai, o consumidor das regiões beneficiadas pela oferta dessa eletricidade deverá contar ainda com diminuição, na mesma proporção (-3%), da despesa atrelada ao uso do sistema de transmissão (a Tust) em 2023.

Ao Valor, Feitosa explicou que isso ocorrerá da mesma forma com a população das regiões Norte e Nordeste que será beneficiada com a redução do custo de transporte de energia (-2,4% e -0,8%,

respectivamente) devido à mudança de regra promovida este ano pela Aneel, ao adotar o chamado "sinal locacional". A lógica é que quem usa menos a rede de alta tensão, que transfere grandes volumes de energia de uma região para outra, assumirá uma parcela menor dos custos.

Parte do setor chegou a se rebelar contra a mudança de regra proposta pela Aneel. Os agentes do setor buscaram lideranças do Congresso para apresentar projeto de lei (PLD 365/22) para reverter a decisão da agência.

Sandoval afirmou que, dentro do plano de redução estrutural da tarifa para o consumidor final, outro aspecto dentro da definição do custo de transmissão será alterado. Trata-se de estabelecer um fim da "estabilização" da Tust. Segundo ele, a regra atual isenta por dez anos as novas usinas de despesas relacionadas à rede básica. "Isso passará a ser, basicamente, dividido de forma justa entre os consumidores e as geradoras", disse ele.

A iniciativa dos congressistas de invalidar a norma da Aneel sobre o sinal locacional foi encarada por especialistas como um dos atropelos do Legislativo nos últimos dois anos que geraram percepção de risco para os investidores no setor. Da mesma forma, as propostas de alteração de regra na modalidade de geração distribuída, ampliação de subsídios à geradoras de fontes renováveis e a determinação de construir 8 mil megawatts (MW) de térmicas a gás onde não existe rede de gasodutos foram encaradas como interferências do Congresso no papel da agência.

"Houve de fato um grande pro-agonismo do Poder Legislativo frente a questões técnicas e de política pública do setor. Claro, que a Aneel é um órgão de execução de política pública, mas seu papel deve ser respeitado", afirmou Feitosa. Ele disse ter a expectativa de que a nova composição do Congresso e a relação que será inaugurada com a nova gestão do Poder Executivo melhore a relação entre as instituições.

"A tarifa de energia elétrica não é a causa, mas a consequência das decisões que são tomadas", disse o diretor-geral. Numa agenda de curto prazo, a Aneel estará comprometida com a redução de custo porque

paradoxalmente, apesar do Brasil ser o país da energia de custo mais baixo, é o país da tarifa mais cara. Isso tem afetado sensivelmente a competitividade da indústria e o orçamento das famílias", destacou o diretor.

# Indicações de Haddad aliviam tensão e ativos brasileiros reagem

As sinalizações emitidas pelo futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trouxeram alívio para os ativos locais, que acabaram encerrando o pregão de ontem com valorização consistente. Em meio à sessão de liquidez limitada devido à proximidade do fim do ano, as declarações de que o novo governo planeja reduzir gastos logo no início do mandato foram bem recebidas pelo mercado.

Assim, o dia foi de valorização do Ibovespa, mesmo diante da queda observada nos índices acionários nos Estados Unidos. Após ajustes, a principal referência da bolsa brasileira subiu 1,53%, aos 110.237 pontos, em um dia em que apenas R\$ 15,17 bilhões foram negociados. Em Nova York, o S P 500 caiu 1,20%, o Dow Jones recuou 1,10% e o Nasdaq perdeu 1,35%.

Desde cedo, a expectativa de que a isenção de combustíveis não seja prorrogada para além do fim do ano já agradava os participantes do mercado, já que uma renovação seria vista como prejudicial para a arrecadação do governo.

Mais tarde, Haddad afirmou, em entrevista ao jornal "O Globo", que o governo eleito precisa "arrumar a casa" já no primeiro ano. Entre os itens citados por ele, estariam a revisão de desonerações e benesses concedidas sem rigor técnico. O futuro ministro também afirmou que espera que isso ocorra já no primeiro trimestre e que o déficit primário do ano que vem será menor do que os R\$ 220 bilhões previstos no orçamento.

As declarações se refletiram nos juros futuros, o que acabou ajudando ações sensíveis às taxas na bolsa. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 caiu de 13,545% da sessão anterior para 13,40%, enquanto a do DI para janeiro de 2025 recuou de 12,94% para 12,675% no término da sessão.

"Hoje [ontem], vemos principalmente as varejistas subindo. Primeiramente porque já haviam caído muito, e também pela expectativa de que os juros caiam", afirma Fernando Bresciani, analista de investimentos do Andbank. O profissional destaca, porém, que não concorda com a leitura que o mercado fez a respeito dos juros ontem.

No mercado de câmbio, o dólar encerrou o dia

negociado a R\$ 5,2533 no mercado à vista, em queda de 0,61%. De acordo com participantes do mercado, a redução nas incertezas relacionadas à montagem da equipe econômica do próximo governo também contribuíram para o desempenho do real na sessão da véspera.

"Estamos em uma semana de baixa liquidez devido às festas de fim de ano e essa era a tendência mesmo. Hoje, o dólar devolveu um pouco a alta que nós vimos nos últimos dois dias pela incerteza em relação à questão política", afirma a economista Cristiane Quartaroli, do Ourinvest.

"O mercado trabalha com fatos e costuma oscilar mais em momentos em que a incerteza é elevada, só acalmando quando o fato em si vem à mesa, se não existir nenhuma surpresa. Como [a indicação da senadora Simone Tebet para o Planejamento] confirmou as expectativas do mercado, o câmbio acalmou", afirma Quartaroli. Além disso, a economista observa que, como as desonerações sobre os combustíveis não serão estendidas além de 31 de dezembro, o mercado reage bem. "Claro que isso pode gerar um impacto negativo para a inflação, mas é benéfico do ponto de vista fiscal", nota.

Segundo cálculos da LCA Consultores, a volta da cobrança do PIS e Confins na gasolina, etanol e diesel, "teria impacto de 0,8 ponto percentual no IPCA de 2023, tudo o mais constante. Além disso, a receita fiscal que poderia ser obtida é de R\$53 bilhões", afirmam os economistas da consultoria.

# Wall Street recua com incertezas sobre China

As preocupações dos investidores em torno das implicações do relaxamento da política chinesa de "covid zero" a partir de janeiro acabaram com o otimismo inicial gerado pela notícia e reacenderam temores de recessão e repique da **inflação** no mundo. O resultado foi uma onda de vendas que derrubou os mercados acionários tanto nos Estados Unidos como na Europa.

No radar dos investidores, cresceu o sentimento de que a abertura chinesa pode levar a um aumento da demanda da China por petróleo e commodities, elevando seus preços e criando mais obstáculos ao combate à **inflação** global e, com isso, reduzindo as expectativas de que o Federal Reserve o Fed, banco central americano e outros bancos centrais encerrem em breve o ciclo de elevação das taxas de juros.

Uma reabertura total da economia chinesa poderá oferecer um impulso necessário para a economia global, segundo escreveram analistas da SPI Asset Management em nota. Ao mesmo tempo, a forte demanda chinesa por matérias-primas e energia pode elevar os preços das commodities, o que seria uma preocupação para os bancos centrais no mundo todo. Para o analista Ipek Ozkardeskaya, do Swiss quote Bank, a reabertura da China é positiva para os preços de commodities e para o petróleo, mas é também uma "má notícia" para a **inflação** global.

Com isso, o índice Dow Jones fechou em queda de 1,10%, a 32.875,71 pontos, enquanto o S P 500 recuou 1,20%, a 3.783,22 pontos, e o Nasdaq perdeu 1,35%, a 10.213,29 pontos. Nas bolsas, a queda foi generalizada, com perdas no setor de energia, imobiliário e tecnologia. Os preços do petróleo caíram diante da preocupação de menor demanda da China com o aumento dos casos de covid, o que pesou nas ações das petroleiras. O setor imobiliário foi pressionado pelo dado fraco de vendas pendentes de residências nos EUA, que caiu 4% em novembro, um dos piores resultados em 20 anos. Já as ações de tecnologia - como a Apple, que perdeu 3% - seguem pressionadas pelo temor de que fábricas de componentes chinesas sejam afetadas pela covid.

Também acendeu o alerta o fortalecimento do índice de atividade industrial dos EUA medidos pelo Fed regional de Richmond, que, em dezembro, voltou para território positivo, atingindo 1, depois de registrar -9 em

novembro e -10 em outubro. O resultado ficou bem acima dos -10 esperados e mostrou que os indicadores de embarques, emprego, novos pedidos e salários estão resilientes, o que pode fazer com que o aperto monetário continue por mais tempo.

Diante desses temores, os investidores mostraram pouco ânimo para os ativos de risco, quebrando a tradição de alta das bolsas na última semana do ano. Desde os anos 1950, o S P 500 operou em território positivo nesta época do ano em 78% das vezes. Para Adam Phillips, diretor de estratégia da EP Wealth Advisors, muitos esperavam terminar o ano em terreno positivo, mas a queda vista ontem foi realmente "a forma de o mercado chutar um homem que já está caído".

# Cláusula de desempenho beneficia Centrão

PP, Republicanos e Podemos, siglas que devem se manter independentes em relação ao governo Lula (PT) neste começo de mandato, serão os maiores beneficiados pela cláusula de desempenho, mostra levantamento do Valor com os parlamentares eleitos. As três legendas receberão, cada uma, dois deputados federais dos partidos que não atingiram o número de votos exigido para terem fundo partidário e propaganda na TV.

A cláusula de desempenho começou a valer na eleição de 2018.

Neste ano, só 13 dos 32 partidos conseguiram superá-la, sejam sozinhos ou em federações. Os demais podem se juntar para ultrapassarem a cláusula e, assim, continuarem com o fundo partidário e propaganda eleitoral, ou seguirem sem esses dois recursos até a próxima eleição. De qualquer modo, os deputados eleitos por essas siglas podem trocar de partido sem risco de perderem o mandato por infidelidade.

"Gostaria de manter minha fidelidade partidária, mas o partido não ultrapassou a cláusula de barreira e ficou sem representatividade nenhuma na Câmara, eu não teria como participar de nada assim. Vou para o PP porque tenho bons amigos lá e tem ideologia mais próxima da minha", afirmou o deputado Bebeto (RJ), eleito pelo PTB, que será incorporado pelo Patriota.

Ao todo, 21 deputados estão livres para trocar de partido. Desses, 11 ficarão onde estão, caso dos quatro eleitos pelo Patriota e dos três pelo Novo. Dois só vão decidir depois da posse, em fevereiro, e oito já acertaram seu destino.

As siglas de esquerda e os partidos de centro mais próximos do governo Lula, como MDB e União Brasil, foram preteridos.

O único governista que crescerá suas fileiras é o PSD. Max Lemos (RJ) deixará o Pros numa negociação que envolveu o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD).

O Podemos incorporará o PSC, mas só dois parlamentares vão ficar, Glaustin da Fokus (GO) e Gilberto Nascimento (SP). Com isso, chegará a 14 deputados, mesmo número do PSDB e PSB. "Recebi outros convites, mas há sinergia com o Podemos e com o grupo político que temos no PSC em São Paulo e que migrará", disse Nascimento. Os outros vão para Republicanos, caso de Aluísio Mendes (MA) e

Euclides Pettersen (MG), ou PSDB, situação de Ruy Carneiro (PB), que tinha deixado o ninho tucano em março para disputar a reeleição (o PSDB não lançou chapa na Paraíba).

Quem mais perderá com a cláusula será a dupla Solidariedade/ Pros. Aliados de Lula, ambos viram suas bancadas diminuírem na eleição e decidiram se juntar após o resultado. Ainda assim, dois dos sete eleitos avisaram que sairão e outros dois cogitam essa possibilidade. Weliton Prado (Pros-MG) diz que pode ficar, mas que busca espaço para defender melhor a causa do combate ao câncer e argumenta que a legislação permite que deixe o partido a qualquer momento do novo mandato.

Marcelo Lima (Solidariedade- SP), eleito pela primeira vez, afirmou que só tomará a decisão após a posse e que deseja pautar essa discussão na **reforma política**.

"É uma crítica ao sistema. Para que os partidos fazem essa fusão?"

É para manter o fundo partidário e cabide de emprego? Ou é para fazer uma mudança no programa que a população não aceitou no dia 2 de outubro?", questiona. "Se for simplesmente para ter o fundo partidário, aí sou contra." O prazo para tomada dessa decisão é incerto. A emenda constitucional que criou a cláusula de barreira não tratou da questão. Uma consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2019 teve o julgamento suspenso há dois anos sem resolução. Segundo a advogada Ezikelly Barros, membro fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), os precedentes da Justiça Eleitoral apontam que essa desfiliação deve ocorrer "em um prazo razoável". "A sugestão da assessoria consultiva do TSE, em parecer na referida consulta, foi de 30 dias após a posse.

Não poderia o filiado eleito, por exemplo, deixar o partido no segundo ano da legislatura alegando a cláusula de desempenho como justa causa." (RDC e MR)

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187420?page=1&section=1>